

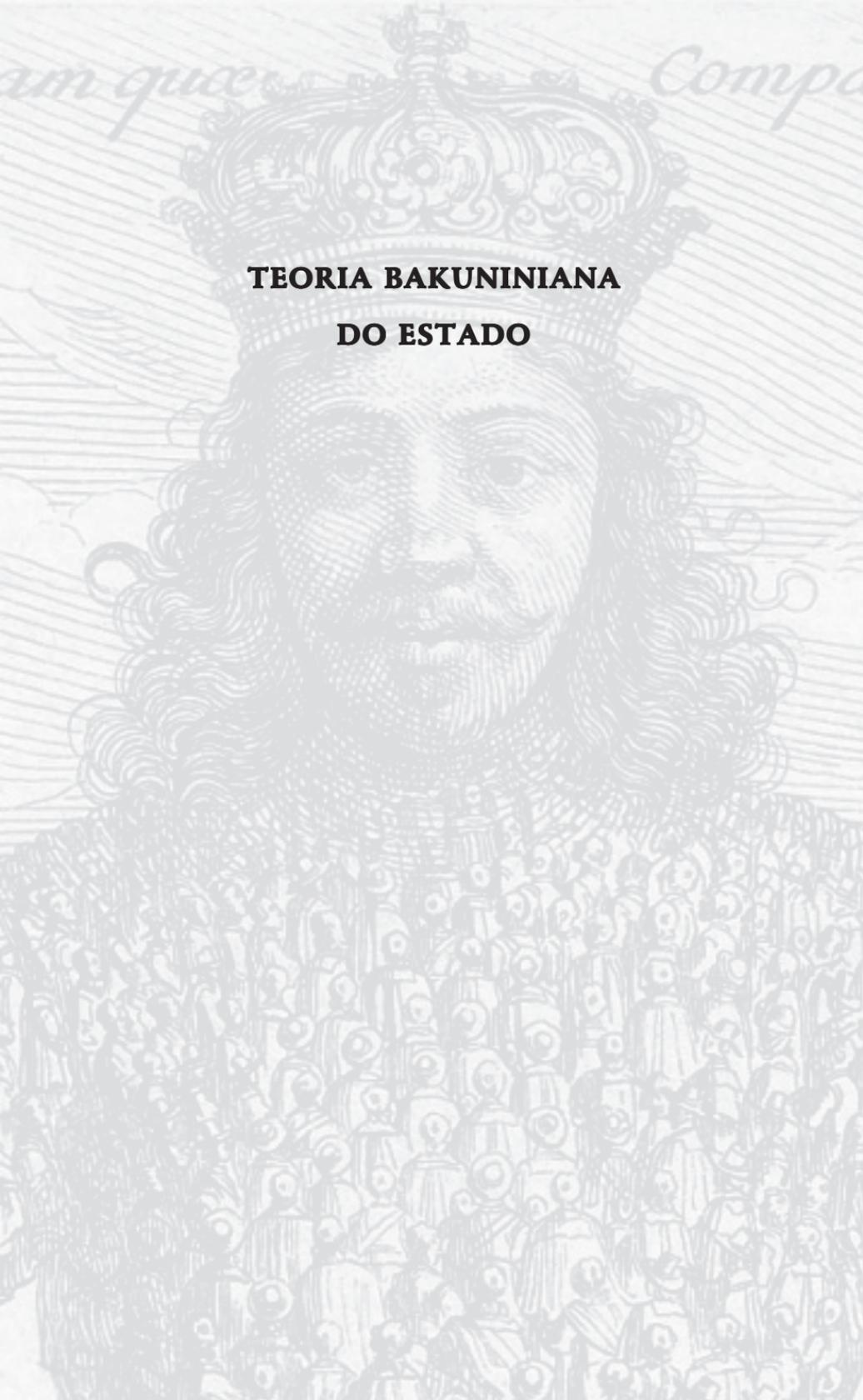
Felipe Corrêa

TEORIA BAKUNINIANA  
DO ESTADO



Intermezzo  
Editorial

Editora Imaginário



**TEORIA BAKUNINIANA  
DO ESTADO**

C824t

Corrêa, Felipe.

Teoria bakuniniana do Estado / Felipe Corrêa. -- São Paulo: Intermezzo / Imaginário, 2014.

136p.

ISBN 978-85-68115-09-1

1. Anarquismo e anarquistas. 2. Bakunin, Mikhail Aleksandrovich, 1814-1876. 3. Estado. I. Título.

CDD-320.57

---

*Projeto Editorial e Revisão*  
Plínio Augusto Coêlho

**Intermezzo Editorial**  
(A. M. Perez Dantas-Editora-ME)

Rua Espártaco, 456 - Vila Romana

Tel. 11-3864-3242

05045-000 São Paulo - SP

intermezzo.editorial@gmail.com

Novembro de 2014

Felipe Corrêa

**TEORIA BAKUNINIANA  
DO ESTADO**

Intermezzo  
Editorial

*Editora Imaginário*



*Para Flora.*  
*Que as lutas do presente proporcionem*  
*à sua geração um futuro melhor.*

“Quem diz Estado, diz necessariamente  
dominação e, em consequência, escravidão;  
um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada,  
é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado.”

**Mikhail Bakunin**



## SUMÁRIO

Prefácio

*Rafael Viana da Silva*

9

### TEORIA BAKUNINIANA DO ESTADO

43

Introdução

45

Capítulo 1

Teoria do Estado de Bakunin:  
inventário e breve balanço

47

Capítulo 2

Fundamentos Teórico-Methodológicos  
e Teses Histórica e Lógica

55

Capítulo 3

História do Estado

65

Capítulo 4

Lógica do Estado

75



## PREFÁCIO

Rafael Viana da Silva

A vida de Mikhail Bakunin não apenas se confunde com um período decisivo da história da classe trabalhadora, mas apresenta, ela própria, elementos que interferiram diretamente em seus rumos. Pois Bakunin, ao mesmo tempo, analisou a realidade e nela interviu visando modificá-la. Em sua vida, não foi apenas um “homem de ação”, como costuma reificar a caricatura política que ignora o potencial da análise bakuniniana; tampouco é possível afirmar que o russo tenha estado preocupado apenas em compreender a realidade, sem traçar planos para transformá-la e colocá-los em prática.

Bakunin não apenas desenvolveu análises que anteciparam tendências importantes, tanto políticas quanto econômicas, como contribuiu, de modo determinante, com o estabelecimento de um determinado campo ideológico no interior do incipiente movimento operário que seria chamado, depois de sua morte, de *anarquismo*.

Segundo o historiador Max Nettlau (2008, p. 146): “O que é primordial para Bakunin não é um futuro anarquista perfeito, do qual ele deixava a elaboração às gerações futuras [...], mas sim os fundamentos de uma nova sociedade”. Para o historiador, Bakunin “insiste na necessidade de um começo sólido e não confia nem na espontaneidade, nem no acaso”. Descaracterizando os estereótipos que tratam o revolucionário russo como um “espontaneísta” na ação política e um homem sem análise

teórica própria, Nettlau chama a atenção para um aspecto largamente ignorado, que é a profundidade de seu pensamento e de seu programa político.

Parte do ferramental analítico bakuniniano é aqui apresentada, numa de suas principais facetas, neste sucinto, porém rigoroso trabalho de Felipe Corrêa. Julgo não ser necessário entrar nos detalhes daquilo que será discutido ao longo deste livro. Tentarei, minimamente, reconstituir, por meio da narrativa histórica, aspectos do cenário político e econômico mundial em que a teoria do Estado de Bakunin foi desenvolvida. Tal tentativa justifica-se em razão de uma dificuldade que sempre senti ao ler Bakunin, e que, creio, também, ser a dificuldade de outros leitores, que é situar seu pensamento em seu devido tempo histórico, garantindo, assim, sua melhor elucidação.

Com isso, creio ser possível restituir e compreender o pensamento bakuniniano em seu contexto, sem reduzi-lo mecanicamente ao seu ambiente, mas, menos ainda, sem tratá-lo fora de seu tempo, caindo em perigosos anacronismos históricos, que penso serem letais para a compreensão teórica. Minha tarefa, portanto, será apenas pincelar os contornos do fundo histórico em que Bakunin desenvolveu seu arsenal analítico e político, garantindo ao leitor um quadro conjuntural mínimo.

Seguindo em grande medida os pressupostos do próprio Bakunin e de seu materialismo, original e singular, que tentam, na análise da dinâmica social, abarcar a totalidade das relações e reconhecer nesta a centralidade da economia, parece-me impossível, neste prefácio, não mencionar as transformações econômicas que ocorriam na Europa e sua relação com os fatores sociais, políticos e culturais que as permeavam. Em diálogo com a trajetória do revolucionário russo, estes fatos serão

apresentados nas linhas que se seguem, de maneira entrecruzada, na intenção de apoiar historicamente a sistematização da teoria do Estado de Bakunin reconstituída por Corrêa.

## ECONOMIA E SOCIEDADE: O CAPITALISMO E OS TRABALHADORES NA EUROPA

Entre 1830 e 1848, a população europeia enfrentou um conjunto de fatores socioeconômicos negativos, que terminaram sendo bastante pesados para os trabalhadores: diminuição nas colheitas, situação de miséria do operariado, sem mencionar os limites, ou quase a completa ausência, de canais formais de expressão dos trabalhadores. Tudo isso transformava o continente europeu num barril de pólvora.

As intermitentes revoltas dos setores populares preencheram a paisagem histórica da primeira metade do século XIX. A partir do fim das guerras napoleônicas, é impossível falar de política sem citar a crescente expressão que os trabalhadores vão adquirindo nos cenários nacionais.

Não à toa, Bakunin (1976, p. 126), antecipando a eclosão das revoltas que tomarão o continente europeu em 1848, afirmará, confiante, seis anos antes, que: “esta velha toupeira, acabou o seu trabalho subterrâneo e irá brevemente reaparecer para fazer a sua justiça”. O russo vai ainda mais longe, e, ao delinear os contornos das mobilizações populares, diz que o “povo propriamente dito, toma por toda a parte uma atitude ofensiva; começa a enumerar os seus inimigos, cujas forças são inferiores às suas, e a reclamar a efetivação dos seus direitos que todos já lhe reconheceram”.

O termo “as classes trabalhadoras” ou “a classe operária” surge na linguagem política inglesa apenas ao fim das guerras napoleônicas, terminadas em 1815, mas é em 1848, a partir da chamada Primavera dos Povos, que o termo ganha a dimensão correspondente à sua realidade política. Se o termo *classe trabalhadora* surge para designar algo que se estava gestando a partir de tradições *plebeias* e lutas anteriores, e que se mesclava na formação e na experiência da classe, ele evidenciava também um antagonismo cada vez maior que se desenrolaria nos anos seguintes.

Os trabalhadores vão ganhando, em duras batalhas, espaços na arena política, e suas lutas, principalmente a partir de 1848, irão adquirir uma crescente fisionomia classista. 1848 marca, concomitantemente, ao menos na Europa Ocidental, a resistência contra a política da tradição e a força do direito divino, que sancionava, no plano das ideias, os regimes monárquicos. Resistência esta que estava marcada pela heterogeneidade, incluindo não apenas trabalhadores, mas setores médios e mesmo burgueses, que se opunham aos projetos nobiliárquicos e aristocráticos.

A oposição ao antigo regime era diversa e não se limitava à insatisfação dos setores populares. Ainda assim, um dos principais legados de 1848 foi a memória da barricada, construída por trabalhadores pobres nas ruas que protagonizaram os principais episódios de luta contra os resquícios aristocráticos.

A Primavera dos Povos de 1848 espalhou-se por quase todo o continente europeu e modificou a fisionomia do jogo político da classe dominante. Apesar do ímpeto dos trabalhadores naquele movimento contestatório, que reunia, também, pautas liberais e nacionalistas, 18 meses após sua explosão, todos os regimes que foram derrubados

pelo processo insurrecional estavam restaurados, com a exceção do regime francês. Tais processos foram paulatinamente manobrados na direção dos interesses burgueses, que obtiveram a hegemonia do movimento utilizando o apelo nacionalista.

Bakunin viveu pessoalmente esta frustração e pôde compreender, pouco a pouco, o dilema que atingia a classe trabalhadora e que impunha a necessidade de uma agenda política própria. No desenrolar da Primavera dos Povos, o russo envolveu-se, com vigor, não apenas nos episódios insurrecionais de Paris e de Praga em 1848, mas também na insurreição de Dresden, em 1849. Apesar de o povo estar na rua, participando diretamente do levante revolucionário, tal ato revolucionário foi manobrado pelos liberais, que canalizaram o ímpeto das ruas em proveito próprio. “Fiz tudo o que pude para salvar aquela revolução que se arruinava e que obviamente morria”, disse Bakunin (2000a), frustrado com os resultados do levante e ciente de que a pauta popular tinha encontrado um obstáculo que deveria ser ultrapassado.

A reação conservadora esforçou-se não apenas para frear as mudanças políticas liberais, mas, também, para abafar o ímpeto revolucionário dos setores mais radicalizados. Revolucionários como Mikhail Bakunin eram punidos e perseguidos sob o beneplácito de conservadores e liberais, da mesma maneira que os setores mais combativos dos trabalhadores. Conservadores e liberais, se divergiam quanto a uma agenda única, uniam-se quando se tratava de conter os anseios populares radicalizados no continente europeu, evitando, deste modo, que a revolta fugisse do controle das novas e velhas classes dominantes.

Tal consenso levou o russo à prisão, logo após a insurreição em Dresden. Foi a burguesia da Saxônia que,

após o fracassado levante, entregou Mikhail ao batalhão prussiano que o confinou, dando início à fase mais difícil de sua vida, em que permaneceu nas prisões e no exílio com trabalhos forçados entre 1849 e 1861, quando conseguiu fugir.

É neste momento de mudança política que as principais bases do capitalismo industrial são fincadas em solo europeu. Este período pode ser dividido em duas fases. Uma, que vai fundamentalmente de 1760/80 a 1870/80, período de formação, em que se opera um conjunto de transformações que assinalam o estabelecimento da sociedade capitalista burguesa, principalmente na Europa; outra, a segunda, que abrange o período de 1870 a 1914, caracterizada por um período de expansão deste modelo pelo mundo, atingindo um nível de concentração e difusão internacional sem precedentes.

A vida de Bakunin foi integralmente vivida no primeiro período, e foi dentro destes marcos que ele desenvolveu análises sobre a formação dos tardios Estados nacionais, o nascente movimento operário, o estabelecimento do capitalismo industrial na Europa e as discussões estratégicas que eram debatidas entre os diferentes atores e grupos políticos.

Como bem alertado por Felipe Corrêa, apesar dos avanços teóricos e políticos nos anos anteriores, é bom recordar que foi somente a partir de 1868 que Bakunin converteu-se, de fato, ao anarquismo, e passou a aprofundar seu quadro de referência para a análise da realidade.

Antes disso, o russo passou por um longo processo de amadurecimento teórico e ideológico. Apesar de alguns elementos libertários já estarem presentes em seus escritos anteriores a este ano, é somente quando se vincula aos setores organizados da classe trabalhadora e que

analisa o pujante desenvolvimento industrial capitalista que Bakunin tem condições de sistematizar uma teoria do Estado mais bem acabada.

As transformações no mundo do trabalho eram sentidas em todo o mundo, ainda desigualmente. O antigo se mesclava com o novo; junto ao sistema industrial, conviviam formas de trabalho artesanal, manufaturas e trabalho em domicílio. Mesmo diante desta diversidade, a balança econômica obedecia cada vez mais à faminta lógica da acumulação de capital.

O aspecto distintivo desta fase da industrialização foi o surgimento da fábrica, uma unidade de produção centralizada e especializada, com equipamentos de produção sob propriedade de um empresário, com a utilização do trabalho assalariado e o aprofundamento da divisão de tarefas. Multiplicar-se-ão as fábricas, na Inglaterra principalmente, mas também na Bélgica, na França, na Suíça e nos Estados Unidos.

De maneira desigual, este modelo será rapidamente adotado pelo restante do mundo. A fábrica não foi, como sustenta o senso comum, fruto de um mero desenvolvimento tecnológico, mas se relacionou diretamente ao controle da mão de obra. Seu modelo mais imediato foi a *workhouse*, ou, simplesmente, a oficina, onde pobres que recebiam assistência da Igreja eram obrigados a trabalhar como forma de punição.

Nas palavras de Bakunin (2007, pp. 11, 15), era na fábrica que os trabalhadores eram “assassinados física e moralmente” e onde eram “forçados a trabalhar noite e dia, com jornadas entre doze e quatorze horas de trabalho”. As relações de trabalho à época e a vida cotidiana eram profundamente instáveis e os trabalhadores viviam numa situação de permanente insegurança estrutural. “O trabalhador está na posição de servo porque

esta terrível ameaça de fome, que diariamente paira sobre ele e sua família, o forçará a aceitar quaisquer condições impostas pelos cálculos proveitosos do capitalista, do industrial, do empregador.”

Junto à instabilidade econômica, o emergente quadro industrial trazia a urbanização e o inchaço das cidades que, malgrado as condições adversas, facilitavam os elementos de uma consciência de classe cada vez mais evidente. As cidades ajudavam a uniformizar o modo de vida da classe trabalhadora, que terminava sendo formado por uma experiência comum. E, apesar de o mundo continuar majoritariamente rural, a partir de 1850 as cidades cresciam com rapidez e deslocavam a importância das decisões políticas para os meios urbanos, trazendo também as periferias e cortiços, onde viviam as camadas mais pobres da sociedade. Neste período, houve um enorme crescimento da população das cidades europeias: Viena foi de pouco mais de 400 mil habitantes, em 1846, para 700 mil, em 1880; Berlim foi de 378 mil, em 1849, para quase um milhão, em 1875; Paris, de 1 para 1,9 milhão, e Londres, de 2,5 para 3,9 milhões entre 1851 e 1881.

As cidades típicas daquele período reuniam um centro de comércio, transporte, administração, e uma multiplicidade de serviços que atraíam uma grande concentração de pessoas e facilitavam a circulação de trabalhadores por realidades distintas. Diferentes, mas unidas pelo mesmo sistema de exploração e acumulação de capital.

A segunda metade do século XIX foi o momento de maior migração dos povos na história, e isto se deve, fundamentalmente, às causas econômicas; a pobreza era, sem dúvida, a principal responsável por isso. Entre 1846 e 1875, uma quantidade superior a 9 milhões de pessoas

deixou a Europa e, na década de 1880, o fenômeno da emigração expandiu-se ainda mais, em direção aos países sul-americanos. Da mesma forma que o capitalismo unificava o mundo economicamente, ele proporcionava condições, concomitantemente, para a união e a atuação internacionalista dos próprios trabalhadores em diferentes países.

O desenvolvimento industrial capitalista não aconteceu de maneira retilínea em todos os países, mas nem por isso apresentou-se de maneira menos acelerada, se observado desde uma perspectiva global. A despeito das particularidades, este sistema integrava economicamente o globo terrestre de maneira aparentemente irremediável.

A Inglaterra foi a pioneira, e reuniu as condições ideais para o processo industrial. Já a França desenvolveu-se, em termos industriais, muito lentamente, iniciando este processo somente a partir de 1860. Neste período, ocorreu em solo francês um surto industrial, ainda que o país tenha consolidado sua industrialização apenas no século seguinte. Um dos motivos desta lentidão foi a existência de uma agricultura de pequenos e médios proprietários, com recursos mais bem distribuídos. Ou seja, a acumulação e o latifundiarismo no campo viabilizaram, com eficiência, o processo de centralização econômica.

A Rússia, terra natal de Bakunin, se comparada às demais, demorou para industrializar-se. País dominado pelo czarismo e basicamente rural, foi apenas com a libertação dos servos, em 1861, e com a emergência de uma crescente, mas ainda minoritária burguesia, que a Rússia abriu caminho para a industrialização. Mas a consolidação industrial russa só se efetivará decisivamente pela intervenção do Estado, nos fins do século

XIX, ou seja, 30 anos após a libertação dos servos.

O caso alemão e o russo são exceções no que diz respeito ao modelo de industrialização do continente europeu, feito geralmente pela via do liberalismo econômico. Ao contrário da tradição francesa e inglesa, a modernização alemã foi realizada de cima para baixo. Este processo chamou a atenção de Bakunin, pela relação estreita, notada pelo revolucionário, entre o desenvolvimento industrial capitalista e a centralização estatal, cada vez mais íntima e interdependente.

Isso explica a análise de Bakunin que sustenta, nas palavras de Corrêa, “haver uma similaridade entre a dinâmica do capital e a dinâmica do Estado”. Reside aí uma das ideias primordiais da atividade teórica do anarquista russo, e que pode explicar corretamente este movimento econômico e político do século XIX. Ainda conforme Corrêa, a análise bakuniniana, em sua fase de “maturidade” teórica, não considera o Estado como uma instituição isolada, mas como parte de uma dinâmica social mais ampla, que interfere no processo de acumulação capitalista como parte ativa do processo e não constitui um mero efeito.

Conforme colocado pelo próprio Bakunin (2000b), “Marx [...] estabeleceu como princípio que todas as evoluções políticas, religiosas e jurídicas na história são, não as causas, mas os efeitos das evoluções econômicas. É uma grande e fecunda ideia.” Ainda assim, esta ideia é verdadeira somente se for considerada em “seu real aspecto, isto é, de um ponto de vista relativo”. A política – e, portanto, o Estado – assim como a cultura, possui condições de determinar dialética e dinamicamente a economia. Para confirmar esta tese de Bakunin, que me parece correta, é possível afirmar que junto à concentração de capital, o continente europeu neste pe-

ríodo acelerou a concentração política estatal, sintetizada na formação de diversos Estados nacionais, formando um verdadeiro sistema-mundo, não apenas capitalista, mas *capitalista-estatista*.

O capitalismo foi criado como um sistema global em um continente, o europeu, e não em outro lugar, precisamente por causa do pluralismo político da Europa, que não constituía nem fazia parte de um único império. (Hobsbawm, 1990, p. 37) É, portanto, a partir desta relação íntima entre Estado e capitalismo, que Bakunin desenvolverá a sua ideia da “dialética Estado-exploração”. Segundo compreende Bakunin, foi em função da pluralidade de Estados que o capitalismo industrial pôde arraigar suas fundações em solo europeu.

O caso alemão é o mais evidente e fornece-nos os melhores exemplos desta noção bakuniniana. A unificação do Estado alemão, concluída em 1871, foi fundamental para o processo de acumulação capitalista. Para conseguir isso, o Chanceler de Ferro, Otto von Bismarck (1815-1898), coordenou o processo de unificação por meio da diplomacia e da força. Promoveu guerras contra a Dinamarca (1864), a Áustria (1866) e a França (1870), tendo como resultado a centralização política e econômica (*zollverein*) no recente Estado alemão. Isso garantiu as condições de acumulação que podem explicar corretamente o posterior desenvolvimento econômico da Alemanha, que redundou no imperialismo político exercido por este país aos fins do século XIX e que causou a subsequente mudança no equilíbrio interno de forças do continente europeu.

A consolidação do capitalismo industrial na Europa ocorria numa relação *dialética*. Movia-se juntamente ao processo de centralização crescente dos Estados nacionais e da imposição dos interesses burgueses nestes Esta-

dos, mas, de maneira alguma, isso era realizado sem gerar contradições, as quais se traduziam, por exemplo, na crescente organização do movimento operário nos principais centros industriais do velho continente.

A análise do Estado realizada por Bakunin, se observada em toda a sua trajetória, permitiu não apenas entender este processo econômico e político, mas também apontar com maior definição quais seriam os caminhos para derrotar os inimigos de classe dos trabalhadores que se mobilizavam. Uma análise correta da sociedade da época certamente auxiliaria a definir uma prática coerente com os objetivos buscados.

### LIBERALISMO, NACIONALISMO E IMPERIALISMO

Entre 1830 e 1848, diversos movimentos políticos contestatórios opunham-se às estruturas de poder vigentes em grande parte da Europa. O que os unia era, basicamente, a oposição às estruturas e à política aristocrática do antigo regime. Conjugando, não sem contradições, ideais nacionalistas, liberais e socialistas, estes movimentos ocorriam em diferentes países, tais como França, Itália, Áustria, Irlanda, Alemanha, Suíça e Hungria, e eram marcados pela heterogeneidade política. A reação aristocrática europeia a este movimento, conduzida pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança, não conseguiu impedir os movimentos nacionalistas e, tampouco pôde frear a independência das colônias americanas.

Quem mais se aproveitou deste movimento foi a burguesia. O que houve, naquele período, foi a consolidação de uma pauta burguesa, que tomou a dianteira dos Estados nacionais ou, quando não esteve à frente de

sua direção, conseguiu impor sua agenda política. Felipe Corrêa demonstra que a percepção do revolucionário russo neste momento também caminhava para esta conclusão. Comenta ele que, para Bakunin, o domínio, na Europa, dos interesses e da política burgueses consolidou-se essencialmente a partir de 1830, “principalmente na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda e na Suíça”. Em outros casos, se o governo político dos burgueses não foi totalmente estabelecido, seus interesses sobrepujaram todos os outros na maior parte da Europa, em outros países, como “a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, a Itália, a Espanha e Portugal”.

Após o insucesso das revoluções de 1848, os governos conservadores seriam logo restaurados, mas seria impossível à reação monárquica impor sua pauta sem ceder minimamente ao seu rival, o espírito liberal-burguês, que ansiava por determinadas reformas que o beneficiassem. A despeito da influência conservadora, o panorama político europeu caminharia lentamente para a consolidação das instituições liberais e o crescente domínio burguês.

As burguesias liberais afastam-se cada vez mais da bandeira da revolução, pois esta identifica-se, progressivamente, com a democracia social e o socialismo. A mobilização incentivada pela burguesia visava apenas garantir o *statu quo* e buscava, principalmente, contemplar suas pautas nas agendas dos novos e velhos Estados nacionais. Para isso, utilizariam, com bastante competência, a causa nacionalista.

Deste ponto de vista, não se pode aceitar a tese de que a formação de Estados nacionais no século XIX é uma consequência “natural” do surgimento do “sentimento” nacionalista, como difundido pelo mito liberal até os dias de hoje. A formação dos Estados nacionais,

de maneira geral, antecede a formação de um “sentimento” nacional patriótico, a ponto de um conterrâneo de Mazzini declarar, após a unificação italiana: “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos”. (Hobsbawm, 1990, p. 56)

Na verdade, o princípio da nacionalidade, que mudou o mapa da Europa entre 1830 e 1878, era diferente do fenômeno já consolidado, do nacionalismo na era da política de massas do século XX. A nação era uma novidade do século XIX, mas o nacionalismo teria de ser “inventado”, com base em tradições e folclores regionais, principalmente a partir de instituições estatais e com interesses muito claros.

Antes de 1884, nação simplesmente significava “agregado de habitantes de uma província”, mas, depois deste período, começa a ser compreendida como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum”. (Hobsbawm, 1990, p. 27) Isso já evidenciava uma mudança na esfera pública, com clara interferência do processo de consolidação dos Estados nacionais europeus, que esteve intimamente ligado a um discurso político e social que ganhou fôlego a partir de 1830, e que teve como principal lastro os interesses burgueses.

Nas fileiras de 1848 é possível encontrar, no interior do discurso nacional, conceitos muito diferentes de nação, que iam desde o revolucionário-democrático até o nacionalista. Esta abertura possibilitou que setores mais radicalizados apropriassem-se das lutas de libertação nacional, opondo-se ao imperialismo desempenhado pelas potências conservadoras. Enquanto que, para o revolucionário-democrático, o conceito central era o de soberania do povo-cidadão e, conseqüentemente, a determinação de quais ferramentas deveriam ser mobilizadas

para conseguir tal soberania, para o nacionalista, a formação de um Estado nacional era consequência de uma comunidade nacional já existente e que estaria, em tese, “dada” de antemão.

Bakunin, em sua primeira fase, percebe que a luta por esta soberania popular não poderia ser realizada sem que se diferenciasse a luta popular dos governos nacionais. E que a luta pela soberania popular, levada a cabo nas barricadas de 1848, tinha sido traída pelos interesses burgueses, que rapidamente converteram o patriotismo num instrumento de dominação, sob o jugo dos novos Estados nacionais.

Por isso, Bakunin passará a defender a luta anti-imperialista, não como sinônimo de nacionalismo, mas tendo em vista a construção da autodeterminação dos povos. As lutas emancipatórias, que se espalhavam pelo continente europeu nas décadas de 1840 e 1850, eram estratégicas para o russo. Esta noção, junto ao crescente contato com os círculos socialistas e espaços populares, o levará, mais adiante, a uma posição antiestatista mais clara e bem definida. Para o russo, estas lutas deveriam ser transformadas em guerras civis e, assim, caminhar rumo à revolução popular.

Esse período é também fundamental na trajetória teórica de Bakunin. Nos anos de 1840 e 1850, a partir da análise do Estado russo, ele começa a elaborar sua teoria do Estado e, em consequência, abandona sua posição de democrata radical. Durante um certo tempo chegou a nutrir esperanças de que as transformações pudessem vir de cima para baixo, visão que seria reforçada, em alguma medida, pela libertação dos servos concedida pelo czar russo em 1861.

Entretanto, em seguida, esta visão, que já vinha sendo questionada, foi completamente descartada. Poucos anos depois, Bakunin, ainda na primeira metade dos anos 1860, passou a defender a ideia de uma revolução popular feita

de baixo para cima em todos os países, já cômico de que as revoltas nacionalistas que grassaram durante as décadas de 1840 e 1850 tinham sido, todas elas, asfixiadas pelo principal instrumento de dominação das lutas populares: o Estado.

Um exemplo concreto desta posição de engajamento nas lutas nacionais contra a dominação externa realizada de baixo para cima pode ser encontrado no apoio de Bakunin à insurreição polonesa.

O marco do intervencionismo das potências europeias monárquicas pode ser mais claramente identificado na criação da Santa Aliança, em 1815, que visava reestabelecer o equilíbrio no mapa político europeu, fraturado pelas guerras napoleônicas. A Santa Aliança representava os governos monárquicos do velho continente, e sua base política era constituída por duas forças tradicionais: o trono e o altar, ou seja, a monarquia e a Igreja. Os monarcas da Áustria, da Rússia, da Prússia e de outras nações europeias assumiam o direito de intervir em qualquer país que surgisse algum movimento inspirado no liberalismo democrático.

Os países que passaram pelas revoluções burguesas não eram menos intervencionistas. Tanto a França quanto a Inglaterra intervieram variadas vezes em possessões no além-mar. A França do Segundo Império (1852-1870) interviu no Líbano, na Síria, no Egito, na Tunísia e no Saara. Instaurou protetorados na Nova Caledônia, na Cochinchina e no Camboja. Já o avanço inglês será ampliado na África ocidental e na África do Sul, executando uma política de expansão territorial na Tasmânia (1825), na Austrália ocidental (1829), na Austrália meridional (1836), na Nova Zelândia (1839), em Hong Kong (1842), chegando, por fim, ao Canadá e à Índia.

A expansão territorial e política dos governos aristocráticos ou liberais implicava a contenção dos movi-

mentos nacionalistas/emancipatórios e, de fato, reprimia a população local. Como exemplo desta política imperialista, em 1830-1831, um levante polonês foi rapidamente sufocado pelo governo czarista russo. Em 1848, na onda da Primavera dos Povos, a sublevação da pequena Polônia (*Malopolska*), mais uma vez, fracassou fragorosamente. Em 1863, houve uma nova tentativa de libertação nacional, motivada, principalmente, pela convocação militar de jovens poloneses para servir no exército do czar. Visando arregimentar toda a juventude que pudesse causar algum tipo de perturbação da ordem, o governo russo obrigou uma entrada em massa no exército, que deveria acontecer no início de 1863, e que terminou sendo o estopim da insurreição proclamada pelo comitê central clandestino de Varsóvia, que havia tido contato com Bakunin anteriormente.

Bakunin, à época, ainda se recuperava dos duros anos de prisão e trabalhos forçados no exílio (1849-1861). Sua fuga espetacular – em que percorreu mais de 30 mil km, saindo da Sibéria, passando pelo Japão, EUA, Panamá, e chegando à Inglaterra – recolocou-o novamente na cena política, permitindo que aprofundasse seus vínculos com a causa polonesa.

Cabe dizer que, com exceção de Bakunin, poucos foram os que apoiaram concretamente os insurretos poloneses. Este vínculo havia se estabelecido praticamente duas décadas antes. Desde 1844, o russo tinha se aliado aos poloneses, em Versalhes, apoiando agitações locais, propondo uma aliança entre o povo russo e polonês contra o imperialismo e em favor da autodeterminação dos povos. Em 1847, naquela que seria sua primeira grande intervenção política, discursou sustentando esta posição para 1500 presentes, na comemoração da insurreição polonesa de 1831, sendo por eles aclamado. Fato este que

lhe custou, a pedido do embaixador russo, a expulsão do território francês.

Bakunin tentou, inclusive, participar da insurreição polonesa de 1863, mas, juntamente com soldados insurretos que levavam um carregamento de armas ao país, viu-se impedido de prosseguir, quando o capitão do navio em que estavam recusou-se a seguir viagem e acionou as autoridades suecas. O resultado desta insurreição foi negativo aos revolucionários. De 1863 a 1865 os russos liquidaram os últimos redutos da resistência e deportaram muitos opositoristas para a Sibéria. A dissolução da Polônia, que se converteu numa província russa, fortaleceria o estado czarista, principal representante da reação conservadora naquela região. Bakunin, em seguida, permaneceu na Itália.

O revolucionário russo manteve sua posição anti-imperialista e sua defesa da autodeterminação dos povos até sua morte. No entanto, com sua passagem ao anarquismo, alguns anos adiante, estas noções seriam aprofundadas e associadas a outras, socialistas, classistas, revolucionárias e internacionalistas, e a negação do Estado surgirá como desenvolvimento lógico de suas posições.

Quando estourou a guerra Franco-Prussiana em 1870-1871, Bakunin, já anarquista, tomou a defesa do lado francês. Em caso de agressão imperialista, sustentava, cabia aos socialistas revolucionários defender o povo do território agredido e condenar firmemente o belicismo do agressor. Entretanto, esta luta pela libertação da França, sustentava ele, não deveria tomar forma de defesa do Estado francês, mas impulsionar um processo de sublevação revolucionária. Sua posição – refletindo uma sistematização e um refinamento de toda uma experiência anterior, baseada na observação dos levantes nacionais e populares do período

passado – era de que, diante da invasão prussiana, cabia ao povo francês, proletários e camponeses, formar um exército popular e classista, fora de toda centralização governamental e, buscando apoio dos povos oprimidos de outros países, investir para transformar a luta de libertação nacional em revolução social.

Em Bakunin, portanto, a defesa do anti-imperialismo e da autodeterminação dos povos não significa defender o nacionalismo. Ao passo que este último envolve a necessidade de uma aliança de todas as classes de um país nacionalmente oprimido para libertá-lo do jugo estrangeiro, o anti-imperialismo bakuniniano caracteriza-se pela busca de uma aliança classista de todos os trabalhadores de um país nacionalmente oprimido, procurando apoio dos trabalhadores de outros países, inclusive daquele imperialista, visando não apenas a libertação do jugo estrangeiro, mas uma revolução social que acabe com a estrutura de classes do país oprimido e que tenha condições de internacionalizar-se.

No início dos anos 1870, as subseqüentes agressões dos Estados nacionais europeus às nações menores e mais frágeis farão com que Bakunin conclua que o processo de centralização e expansão política dos Estados mais fortes, que ocorria paralelamente ao estabelecimento do capitalismo industrial, envolveria-os inevitavelmente em conflitos com outros Estados e com suas próprias populações. Tal processo fecharia importantes vias de acesso ao socialismo e fortaleceria os traços mais marcantes do imperialismo que dominará o mapa político europeu. Este mesmo imperialismo que, tragicamente, impactou o continente africano e asiático, e que levou os países envolvidos, nas décadas seguintes, à Primeira Guerra Mundial.

Com uma análise teórica já amadurecida, Bakunin (2008, p. 27) dirá, em 1871, que a conquista (expansão) “não é somente a origem, é também o objetivo supremo de todos

os Estados, grandes ou pequenos, poderosos ou fracos, despóticos ou liberais, monárquicos ou aristocráticos, democráticos e até mesmo socialistas”. Isso contextualiza a crítica bakuniniana do “culto ao poder de Estado [...] que pouco a pouco engendrou uma doutrina e uma prática burocrática”, as quais acabaram com as conquistas do movimento contestatório de 1848.

Por isso o russo se colocará irremediavelmente contrário ao “patriotismo burguês” e o “princípio das nacionalidades”, pois, ainda segundo Bakunin (2000c), “o patriotismo burguês não é, aos meus olhos, senão uma paixão muito mesquinha, muito estreita, sobretudo muito interesseira, e profundamente anti-humana, tendo por objetivo apenas a conservação e a potência do Estado nacional”. Esta hegemonia cultural estatista, como sustenta Felipe Corrêa, contribui com a garantia da manutenção da ordem interna dos Estados nacionais e, portanto, reprime e “pacífica” o movimento classista dos trabalhadores nos territórios nacionais, contribuindo para sua desorganização.

A perspectiva bakuniniana difere radicalmente das posições assumidas por Marx e Engels diante da agressão imperialista dos norte-americanos ao México e da agressão prussiana à França.

O “Apelo aos Eslavos” de Bakunin, escrito em 1848, já tinha sido atacado duramente por Engels (1994), em um artigo do ano seguinte, que sustentava o “etapismo”, de maneira ainda mais radical que Marx, acreditando, por isso, ser justa a ocupação do México pelos Estados Unidos, e justificando que os “enérgicos ianques” tinham o direito de ocupar a terra dos “mexicanos preguiçosos”. O que estava em jogo, para Engels, era o desenvolvimento do capitalismo e da centralização estatal, que possibilitaria, segundo a tese marxiana, as condições de emergência de uma classe operária numerosa e centralizada.

No caso do conflito entre a Prússia e a França, Marx (1999), apesar de sua posição pública distinta, escreveu a Engels, em 1870, que “os franceses precisam de uma surra”. Para ele, com a vitória da Prússia, “a centralização do poder de Estado será útil à centralização da classe operária alemã”, transferindo o centro de gravidade do movimento operário da França para a Alemanha. Marx, nesta carta, sustentava ainda que “a classe operária alemã é superior à classe francesa no plano da teoria e da organização”, e que a preponderância “da classe operária alemã sobre a francesa, significaria simultaneamente a preponderância da ‘nossa’ teoria sobre a de Proudhon”.

Tais posições não apenas evidenciam diferenças de princípios políticos, mas são fruto de análises divergentes sobre o papel do Estado em relação à classe trabalhadora e ao capitalismo. Como coloquei, em sua análise do Estado, Bakunin irá paulatinamente enriquecer suas posições, chegando à maturidade em seus escritos anarquistas; neles, aparece muito clara a noção de que a apropriação do Estado pelos revolucionários constituiria um empecilho às possibilidades de revolução social e de socialismo. Esta análise não era realizada com base em princípios abstratos, descolados da realidade – como alguns, de maneira superficial e mesmo mal-intencionada, tentaram afirmar –, mas tomando como fundamento as mudanças políticas e econômicas que vinham ocorrendo na Europa. Ela era, portanto, fruto da leitura crítica das relações concretas da sociedade europeia.

As divergências entre as análises de Bakunin e aquelas de Marx e Engels revelar-se-ão agudas no contexto da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), ou Primeira Internacional, entidade cujas bases cresciam e tornavam-se, progressivamente, a expressão de um mecanismo de organização e mobilização operária em diferentes países. Estas diferenças analíticas derivavam em estratégias e tática-

cas distintas, as quais terminaram sendo discutidas com maior precisão, e não sem intensos conflitos, nos espaços organizativos da crescente classe trabalhadora.

### A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA DE BAKUNIN E A A.I.T.

Por conta de seu refúgio na península itálica, logo após a derrota da insurreição polonesa, Bakunin aproximou-se intensamente, entre 1864 e 1867, da realidade dos trabalhadores daquela região. A escolha desta localidade não parece ter sido acidental, visto que ela possuía uma composição de classe – incluindo desempregados, camponeses pobres e sem terras, e também um proletariado miserável – que estimulava Bakunin a apostar as fichas num trabalho revolucionário.

Some-se a isto que as cidades-estados italianas passavam por um processo conturbado. A memória dos levantes por elas protagonizados na primeira metade do século XIX ainda estava fresca e, desde 1859, um novo processo de luta contra o domínio estrangeiro, liderado por Garibaldi, ocorria na região. Com apoio de movimentos populares, os piemonteses entrariam em guerra contra o Império austro-húngaro e conquistariam o reino da Lombardia. Posteriormente, anexariam os reinos de Parma, Módena, Romania, Toscana e o sul da península itálica.

Em 1864, o processo de luta contra o domínio estrangeiro não estava ainda decidido; a Itália iria unificar-se, definitivamente, apenas em 1870. Tomando em conta a posição de Bakunin, que enxergava nestes levantes a possibilidade de convertê-los num processo revolucionário, o futuro parecia estar aberto a um cenário revolu-

cionário. Bakunin, diferente de Marx e Engels, possuía uma visão mais ampla do sujeito revolucionário; para ele, os mencionados sujeitos, que eram abundantes na Itália, deveriam somar-se ao proletariado urbano e assalariado, assim como a todos os setores da classe trabalhadora, tomada em sentido amplo, para promover uma transformação revolucionária. Para o russo, não era necessário que os países “atrasados” passassem por uma etapa de desenvolvimento industrial capitalista para que pudessem fazer uma revolução e chegar ao socialismo; ele nega, portanto, qualquer “etapismo”.

Pretendendo influir neste contexto, Bakunin fundará a *Fraternidade Internacional*, ainda em 1864. Já estava claro para ele que seria preciso aglutinar os elementos políticos que pudessem estimular um programa que não fizesse concessões às concepções nacionalistas, as quais vinham terminando por derrotar os levantes populares em prol dos interesses burgueses.

De acordo com o que aponta Corrêa, num manuscrito inédito sobre a vida e a obra de Bakunin:

Dentre os membros da Fraternidade estiveram italianos, franceses, poloneses, suecos, dinamarqueses, noruegueses, ingleses, belgas, espanhóis e russos, que puderam compartilhar posições políticas e ir formulando aquilo que seria, alguns anos depois da fundação, o anarquismo organizado internacionalmente. Opondo-se às posições de Mazzini em torno de um dogmatismo governamental e da defesa da propriedade e da religião, a Fraternidade propunha um programa socialista, internacionalista e, em grandes linhas, libertário. (Corrêa, s/d)

Dois documentos de 1866 redigidos por Bakunin constituem a base programática da Fraternidade; ambos

intitulados “Princípios e Organização da Sociedade Internacional Revolucionária”, um deles é conhecido pelo título de “Catecismo Revolucionário” e o outro por “Organização”.<sup>1</sup>

A Fraternidade constituía uma organização política que visava reunir a militância revolucionária internacional e promover seu programa entre as massas. Tratava-se de uma organização secreta, não por caprichos ou peculiaridade, mas porque ser revolucionário, naquele contexto, era transgir entre o legal e o ilegal. Para manter a segurança interna, Bakunin inspirara-se nas sociedades secretas e carbonárias, cujas raízes alastravam-se pela península itálica. No entanto, diferente delas, acreditava, já naquele momento, que a conspiração descolada das massas não poderia ter resultados concretos, como sonhavam os *blanquistas*.

Em 1867, a Fraternidade teve a primeira grande oportunidade de expor seu programa e buscar mais aderentes. Por conta das tensões entre Prússia e França, que refletiam a mudança no equilíbrio político europeu, articulou-se, na Suíça, um Congresso pela Paz, realizado em Genebra, em 1867. O congresso mobilizou amplamente a Europa, com a presença de revolucionários nacionalistas, socialistas e da burguesia radical. Era um movimento extremamente heterogêneo, cuja função seria a organização de estratégias internacionais para a busca da paz e da autonomia para os povos ameaçados e dominados pelas potências expansionistas. (Cf. Monteiro, 2011) Conforme aponta Corrêa (s/d), este evento contou com a participação de seis mil membros e com a adesão de outros milhares de pessoas.

Bakunin compôs o Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade, criada neste congresso, e redigiu o documento *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, como pro-

posta de programa para a Liga. Este texto, como bem aponta Corrêa (2014a), constitui um marco de passagem na obra de Bakunin e pode ser considerado parte de sua transição ao anarquismo que se dará logo em seguida. Muito mais acanhada do que as pretensões da Fraternidade, a Liga, durante o segundo congresso, em 1868, não aceitou este programa. Com isso, Bakunin e um grupo de socialistas revolucionários dissidentes cindiram e aderiram em bloco à A.I.T.

Para Corrêa, este momento, em 1868, é fundamental na trajetória política de Bakunin e sua teoria. Ele sustenta, apoiado nas reflexões de René Berthier, que

o “período propriamente anarquista de Bakunin” encontra-se entre 1868 e 1876. Sua passagem ao anarquismo conclui-se com o ingresso na Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), ou, Primeira Internacional, e com a fundação da Aliança da Democracia Socialista (A.D.S.)”. (Corrêa, 2014b)

Os próprios termos anarquismo/anarquista só serão utilizados nos anos seguintes; Bakunin irá utilizá-los somente nos fins de sua vida e, na maioria dos casos, optará por chamar-se a si mesmo e aos seus de *socialistas revolucionários* ou simplesmente *coletivistas*.

O contato mais constante com a realidade dos trabalhadores – como no caso do movimento operário suíço e belga, e, especialmente, o ingresso na A.I.T. – contribuirá com o amadurecimento dos elementos filosóficos, teóricos e estratégicos de Bakunin, os quais ganharão maior consistência. É importante destacar que as análises e as propostas levadas a cabo pelo círculo próximo a Bakunin não eram fruto de um debate descolado da realidade, mas se ligavam a uma experiência de classe que

despontava em lutas populares de diferentes regiões do mundo.

Conservando os laços políticos e a identidade que uniam Bakunin e seus íntimos na Fraternidade, a minoria que rompeu com a Liga da Paz e da Liberdade somou-se a outros trabalhadores que faziam parte da A.I.T. e ambos, por meio desta fusão, deram corpo, ainda em 1868, à Aliança da Democracia Socialista (A.D.S.), aquela que deve ser considerada a primeira organização anarquista da história. Bakunin havia sido convidado por Marx, anos antes, a integrar a A.I.T., mas foi somente em 1868, um pouco antes de seu rompimento com a Liga, que este vínculo firmou-se; individualmente, num primeiro momento, e com os outros em seguida. A partir de então, entrou, como ele mesmo disse, de corpo e alma no movimento operário internacional, dedicando-se a ele até seus últimos dias.

A A.I.T. havia sido criada em 1864, constituindo-se, portanto, paralelamente à Fraternidade. O crescimento das *trade-unions* que ocorria na Inglaterra desde a década de 1840 surpreendia os socialistas do século XIX, que assistiam esta forma de organização despontar no cenário europeu. Ao mesmo tempo, o mutualismo francês, em grande medida influenciado pela obra de Pierre-Joseph Proudhon, também vinha adquirindo força e admiração significativas.

Conforme sustenta Alexandre Samis (2014), tais foram os dois setores que constituíram a A.I.T., os trabalhadores ingleses e os franceses, depois do encontro que aconteceu em Londres, em 1862, durante a Exposição Universal, na qual os operários deveriam emitir laudos técnicos sobre o maquinário exposto. Foi este encontro que possibilitou o confronto das duas realidades do mundo do trabalho e motivou a criação de um orga-

nismo operário internacional. Com um outro encontro, realizado em 1863, alinharam-se as posições que terminaram redundando, no ano seguinte, na fundação da A.I.T. Criou-se, em seguida, um Conselho Geral, e deliberou-se sobre a redação de seus estatutos. Esta fundação, pode-se dizer, traduzia em grande medida o avanço organizativo do proletariado urbano na era do capitalismo industrial.

A entrada da A.D.S. na A.I.T. foi feita com o compromisso de que ela fosse dissolvida, sendo que seus membros deveriam compor uma seção da A.I.T. No entanto, apesar deste compromisso, a A.D.S. continuou a existir secretamente. Acusa-se, com frequência, Bakunin de, com esta iniciativa, tentar cindir a A.I.T. ou impor uma ditadura invisível e um programa “secreto” para esta entidade de massas.

Bakunin e os militantes da Aliança, já naquele momento, tinham claro qual era o papel do nível de massas (A.I.T.) e da organização política (A.D.S.). Para eles, “os programas de uma e de outra, sem serem opostos em nada, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo”. (Bakunin, 2000d) Ou seja, a A.D.S. não deveria, de modo algum, estabelecer uma relação de dominação em relação à A.I.T., pois “a suprema direção tem que ficar sempre com o povo organizado em federações livres de associações agrícolas e industriais”. (Bakunin, 2000e) Na questão do ateísmo, por exemplo, mesmo que este fosse defendido pelos militantes da A.D.S., como parte de seu programa, sustentava-se que não deveria ser imposto ao restante dos trabalhadores da A.I.T. Pelo contrário, a A.D.S. entendia que a A.I.T. não deveria dividir os trabalhadores em torno de questões filosóficas e políticas; o que unia os trabalhadores, em suma, era a questão econômica.

Esta posição diferia da estratégia dos comunistas alemães, dentre os quais se encontrava Marx, que, empolgados com a crescente participação operária na vida parlamentar, especialmente na Alemanha, desejavam transformar a Internacional num partido político de massas e eleitoral.

A noção bakuniniana de círculos concêntricos, que distinguia os papéis do nível de massas (A.I.T.) e do nível político (A.D.S.), era, em alguma medida, original. Ela não constituía um “espelho” às avessas da estratégia marxista, mas, buscando inspirações em tradições anteriores, tinha, de fato, identidade própria. Conhecê-la implica desconstruir outra afirmação, sem qualquer fundamento histórico mais sério, que identifica na formação das organizações políticas anarquistas uma suposta influência “marxista” ou “leninista”. Estas posições ignoram o esforço permanente realizado por Bakunin e seu círculo político mais íntimo em formar organizações políticas revolucionárias que atuassem com um programa determinado nas entidades de massa.

Cumpra também desconstruir o mito difundido por uma tradicional história das ideias políticas, que considera a atuação do grupo de Bakunin minoritária ou simplesmente marginal em meio à classe trabalhadora da época. Tal posição não se sustenta factualmente.

Lembremos que as posições assumidas pelo setor próximo a Bakunin na A.I.T., o *coletivismo*, longe de constituírem um resultado mecânico das posturas filosóficas do revolucionário russo, expressaram e alimentaram-se de um movimento mais amplo, das lutas de classe que ocorriam em diferentes países e que se prolongariam nos anos subsequentes ao seu falecimento. É importante recordar, ainda conforme Samis, que durante toda a sua vigência a A.I.T. teve um programa federalista e não

centralista; num primeiro momento, ela foi mutualista e, em seguida, coletivista. Ambas as estratégias estão, portanto, mais próximas das posições de Bakunin do que daquelas de Marx.

Este movimento amplo da classe trabalhadora, se contou com a dedicada atuação de Bakunin na Internacional para se conformar mais explicitamente, constituiu-se simultânea e transnacionalmente, por uma rede radical, que abarcou não apenas a Europa, mas também a América do Norte, a América Latina e o Norte da África. (van der Walt e Hirsch, 2010)

A participação de Bakunin na A.I.T., além de contribuir com a conformação de um campo político comum, permitiu que ele aprofundasse sua teoria do Estado, contrapondo-a às teorias dos comunistas alemães. Na realidade, apesar das preocupações comuns entre Bakunin e Marx, e mesmo apesar das concordâncias entre eles, a questão do Estado foi certamente uma diferença central, pois envolvia uma implicação estratégica determinante. A conquista do Estado era ou não um caminho para o socialismo? Ao passo que o primeiro respondia que não, o segundo sustentava que sim. Portanto, compreender a teoria do Estado de Bakunin contribui enormemente para entender não apenas as posições teóricas e políticas destes dois socialistas, mas também para adentrar o próprio campo dos conflitos da A.I.T.

Após a eclosão da Comuna de Paris, que nos seus 72 dias de existência imprimiu profundas marcas na trajetória do movimento operário e socialista da época, a conjuntura foi modificada. A dificuldade de se realizar um congresso da A.I.T. naquele contexto de imensa repressão fez com que se organizasse, ainda em 1871, uma conferência em Londres que, sem representação das seções, entre outros ataques aos anarquistas, decidiu

pela constituição de um partido da classe trabalhadora. As divergências entre Bakunin e Marx, que cresciam progressivamente, tornaram-se, com isso, irreconciliáveis.

Em Haia, na Holanda, seria organizado o último congresso da A.I.T. antes de sua cisão. Em setembro de 1872, os membros presentes iriam, também com pouca representação e sob a influência de Marx e do Conselho Geral, expulsar Bakunin e James Guillaume, acusando-os de desrespeitar resoluções da A.I.T., especialmente as que haviam sido deliberadas em Londres no ano anterior. Assim, consumou-se a cisão. Com Marx e o Conselho Geral permaneceu a minoria das seções e das bases, e a transferência do conselho para Nova York terminou por sepultar a associação. Com Bakunin e o setor que se reivindicava autiautoritário ficou a maioria das seções e das bases que, em seguida, deram continuidade à A.I.T. por mais alguns anos.

Na cidade de Saint-Imier, Suíça, os excluídos e dissidentes de Haia foram convidados a assistir ao congresso promovido pelos operários do Jura, região muito influenciada por Bakunin. Espanhóis, delegados italianos, militantes da Comuna de Paris refugiados na Suíça e representantes das seções francesas e americanas da Internacional integraram o histórico congresso que estabeleceu os “últimos contornos” daquilo que, nos anos posteriores, ficaria conhecido como *anarquismo* e de sua estratégia sindical, fundando, a chamada Internacional Antiautoritária.

Defendendo a autonomia e o federalismo das seções operárias, o congresso recomendou como armas a solidariedade e a defesa mútua das seções operárias, assim como apontou para a necessidade de destruição de todo

poder político, compreendido como “o primeiro dever de todo proletariado”. Condenou a ação parlamentar, sustentando que “os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária”. Ou seja, os trabalhadores deveriam defender que sua atuação se desse por meio de seus organismos econômicos. (Enckell, 2004, pp. 40-41) Não há dúvidas de que o anarquismo e seu congênere, o sindicalismo de intenção revolucionária, encontraram em Saint-Imier um marco definitivo, depois do qual, em termos globais, nunca deixariam de existir.

Neste processo, Bakunin teve um papel fundamental. Realizou uma análise social crítica, em meio à qual se destaca sua teoria do Estado; ajudou a conformar um campo político por meio de uma tendência estratégica no seio dos trabalhadores; por fim, rompendo com a herança *blanquista*, com o nacionalismo e com as sociedades secretas, definiu, com originalidade, um novo caminho a ser percorrido, na relação dual entre organizações políticas e movimentos de massa.

Bakunin aprofundou e interferiu diretamente nas estratégias do movimento operário de sua época. Sua polêmica com Marx na A.I.T. representou, muito mais do que um choque de personalidades, a disputa de duas linhas que se enfrentavam no debate sobre os melhores mecanismos para realizar a revolução social e chegar ao socialismo. Sua morte, em 1876, não significou, de maneira alguma, a morte dos principais fundamentos teóricos e estratégicos que desenvolveu e ajudou a consolidar.

Sua teoria do Estado é parte relevante deste legado, a qual poderá ser conhecida neste rigoroso, ainda que breve, trabalho de Felipe Corrêa. No ano em que se ce-

lebram os 200 anos de nascimento de Bakunin, resgatar e compreender sua obra é uma tarefa fundamental para abastecer a teoria e a ação revolucionárias.

**Nota:**

<sup>1</sup> O primeiro deles é, frequente e equivocadamente, confundido com um documento homônimo, de autoria de Netchaiev, escrito três anos depois. (Cf. Avrich, 1987)

**Referências bibliográficas:**

AVRICH, Paul. *Bakunin & Netchaev*. Londres: Freedom Press, 1987.

BAKUNIN, Mikhail. *A Reação na Alemanha*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.

\_\_\_\_\_. “Confession”, 1851. In: *Oeuvres Complètes*, IIHS de Amsterdã, 2000a.

\_\_\_\_\_. “Carta aos Irmãos da Aliança na Espanha”, 1872. In: *Oeuvres Complètes*, IIHS de Amsterdã, 2000b.

\_\_\_\_\_. “Carta a um Francês: consequências do triunfo prussiano para o socialismo”, 1870. In: *Oeuvres Complètes*, IIHS de Amsterdã, 2000c.

\_\_\_\_\_. “Carta a Morago de 21 de maio de 1872”. In: CD-ROM Bakounine: *Oeuvres Complètes*, IIHS de Amsterdã, 2000d.

\_\_\_\_\_. “Statuts Secrets de l’Alliance: programme et objet de l’organisation révolutionnaire des frères internationaux”. In: CD-ROM Bakounine: *Oeuvres Complètes*, IIHS de Amsterdã, 2000e.

\_\_\_\_\_. *O Sistema Capitalista*. São Paulo: Faísca, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Princípio do Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.

CORRÊA, Felipe. “Prefácio”. In: BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Imaginário / Intermezzo, 2014a.

\_\_\_\_\_. “A Lógica do Estado em Bakunin”. In: Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014b. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2014/05/23/felipe-correa-a-logica-do-estado-em-bakunin/>]

\_\_\_\_\_. *Liberdade ou Morte: teoria e prática de Bakunin*. Manuscrito inédito fornecido pelo autor, s/d.

COLOMBO, Eduardo (org). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo / São Caetano do Sul: Imaginário / IMES, 2004.

ENGELS, Friedrich. “Democratic Pan Slavism”. In: Marxists Internet Archive, 1994. [<https://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1849/02/15.htm>]

ENCKELL, Marianne. “A Aprendizagem do Sindicalismo e da Política”. In: COLOMBO, Eduardo (org). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo / São Caetano do Sul: Imaginário / IMES, 2004.

FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. *A Formação do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARX, Karl. “Carta para Engels de 20 de julho de 1870”. In: Marxists Internet Archive, 1999. [[http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70\\_07\\_20.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_07_20.htm)]

MONTEIRO, Fabrício Pinto. “A construção das propostas políticas de Mikhail Bakunin na Liga da Paz e da Liberdade”. In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

NETTLAU, Max. *História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O Século XX. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAMIS, Alexandre. “A Associação Internacional dos Trabalhadores e a conformação da tradição libertária”. In: Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/alexandre-samis-ait/>]

VAN DER WALT, Lucien. “(Re)construindo um cânone anarquista global: resposta a Robert Graham e Nathan Jun sobre *Chama Negra*”. In: Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/10/03/lucien-van-der-walt-reconstruindo-um-canone-anarquista-e-sindicalista-global/>]

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven. “Rethinking Anarchism and Syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870-1940.” In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010.

TEORIA BAKUNINIANA  
DO ESTADO

*Felipe Corrêa*



## INTRODUÇÃO

Este pequeno livro faz parte das contribuições à comemoração, em 2014, do bicentenário do nascimento de Mikhail Bakunin (1814-1876), um dos anarquistas mais destacados da história. Espero, com isso, contribuir com um aprofundamento não somente da teoria do Estado, tema central na produção bakuniniana, mas também dos aspectos gerais da obra deste autor, até hoje pouco conhecida e investigada.

Seu objetivo é apresentar os traços gerais da teoria do Estado de Bakunin, em seu período anarquista, a partir de uma abordagem imanente, que segue seus próprios pressupostos teórico-metodológicos e prioridades para a compreensão deste objeto. Para tanto, parto de um conjunto de escritos sobre o tema e de uma leitura da obra bakuniniana, visando contribuir com o avanço nas discussões, solucionando alguns problemas e suprimindo determinadas lacunas, na tentativa de colocar mais um tijolo nessa longa parede que urge ser construída. Não se trata, ainda assim, de um material definitivo, devidamente aprofundado, mas de uma primeira aproximação mais detida deste assunto.

Este tema merece interesse não somente em termos historiográficos – para que se conheça uma das críticas anarquistas clássicas do Estado moderno –, mas também,

e principalmente, por oferecer elementos capazes de contribuir, ainda hoje, com a construção de um ferramental crítico para a interpretação da sociedade contemporânea.

Para tanto, o livro divide-se em quatro capítulos: 1.) Realizo um inventário e um breve balanço acerca da produção sobre a teoria do Estado de Bakunin em diferentes idiomas; 2.) Estabeleço alguns procedimentos teórico-metodológicos para o tratamento da obra do autor e deste objeto; 3.) Abordo o Estado desde uma perspectiva histórica; 4.) Abordo o Estado desde uma perspectiva lógica, capítulo que constitui o cerne do livro.

Ao longo do texto, em notas, algumas vezes longas, apresento elementos das teorias do Estado de Pierre-Joseph Proudhon e de Karl Marx que, creio, podem auxiliar, em função das similaridades e diferenças, na compreensão da teoria bakuniniana do Estado.

## Capítulo 1

### TEORIA DO ESTADO DE BAKUNIN: INVENTÁRIO E BREVE BALANÇO

Tomando em conta os textos que abordam a teoria do Estado na obra de Bakunin em português, espanhol, inglês e francês, o primeiro aspecto que chama a atenção é a escassez, algo que reforça a tese de que, apesar de sua relevância, “o anarquismo é pouco estudado e, mesmo, pouco conhecido, dentro e fora da academia”. (Corrêa e Silva, 2013, p. 1)

Isso surpreende, ainda mais, se forem tomadas em conta algumas questões históricas. Bakunin certamente é um dos maiores anarquistas da história (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 14) e possui, conforme se verá, uma teoria do Estado significativamente robusta, elaborada durante parte considerável de sua obra. As disputas internacionais em vários movimentos populares acerca da compreensão do Estado e de seu papel nos processos de transformação social foram, e ainda são, frequentes. A maior diferença entre anarquistas e marxistas, por exemplo, encontra-se na maneira distinta que compreendem o Estado e nas estratégias que derivam desta compreensão. (Berthier e Vilain, 2011) Ao passo que a escassa produção de Karl Marx sobre o assunto é amplamente

estudada, as posições de Bakunin sequer são conhecidas entre aqueles que trabalham com a teoria do Estado.

Na busca de fontes sobre a teoria do Estado em Bakunin – realizada não somente por investigação bibliográfica, mas também por perguntas a pesquisadores e a estudiosos do anarquismo de diferentes países – cheguei a um conjunto restrito de textos. Nenhum livro tratando especificamente do tema; somente artigos e capítulos de livros ou produções acadêmicas que, em algumas laudas, não aprofundam muito o assunto.

Foram 14 textos encontrados. Sete em português: o capítulo “O Estado” do livro *Bakunine*, de Henri Arvon (Arvon, 1971); o artigo “Bakunin e o Estado Marxista”, de Gaston Leval, que compõe *Os Anarquistas Julgam Marx* (Leval, 2001); os artigos “Elementos de uma Análise Bakuniniana da Burocracia” e “Estado, Direito e Legitimidade”, ambos de René Berthier, o primeiro publicado em *Marxismo e Anarquismo* e o segundo em *Justiça e Direito: uma abordagem libertária* (Berthier, 2011a, 2011b); o artigo “Bakunin Fazia Política?”, também de Berthier (Éric Vilain), em *Marxismo e Anarquismo* (Vilain, 2011); o artigo “O Estatismo na História: experiência e teoria”, da UNIPA, publicado na revista *Via Combativa* nº 1 (Unipa, 2009); o capítulo “O Estado para Bakunin”, do manuscrito inédito de Alex Bonomo (Bonomo, s/d). Quatro em francês: o capítulo “L’État” do livro *La Pensée Constructive de Bakounine*, de Leval (Leval, 1976); o livro *Bakounine Politique: révolution et contre-révolution en Europe Centrale*<sup>1</sup> e o artigo “Bakounine, L’État et l’Église”, ambos de Berthier (Berthier, 1991, 2001); dois capítulos, “Socialisme et Federalisme” e “État et Révolution: une politique anarchiste?”, do doutorado de Jean-Cristophe Angaut, *Liberté et Histoire chez Michel Bakounine* (An-

gaut, 2005). Dois em inglês: o capítulo “Critique of the State” do livro *Bakunin: the philosophy of freedom*, de Brian Morris (Morris, 1993); o artigo “Anarchism, Marxism and the Bonapartist State”, de Saul Newman (Newman, 2012). Um em espanhol: os capítulos “El Estado, la Sociedad y la Religión”, “El Estado y la Moral” e “El Estado y la Comuna” do livro *Bakunin y el Socialismo Libertario* de Angel Cappelletti (Cappelletti, 1986).

Analisando esta produção, nota-se que os autores são, na maioria, franceses, e mais militantes do que acadêmicos. Confirma-se que Bakunin, assim como o anarquismo em geral, possui pouco espaço nas universidades.<sup>2</sup> Há pouco material produzido originalmente em português, inglês e espanhol. Parte relevante dos textos em português, de autores franceses, foi traduzida e publicada pela editora Imaginário, que tem contribuído sobremaneira com a tradução e a publicação dos originais de Bakunin e dos estudos em questão; ainda assim, deve-se apontar que, por inúmeras dificuldades, as edições destes estudos têm baixa tiragem e sua distribuição é bastante restrita. Nota-se, ainda, que a produção é recente e toda realizada dos anos 1970 em diante, sendo que a maioria dela concentra-se no período posterior ao fim do chamado “socialismo real”.

Analisando o conteúdo dos textos, observa-se que há alguns temas e posições mais comumente abordados que outros. Dentre os mais frequentes encontram-se: a distinção entre Estado e sociedade, mostrando que o Estado não defende os interesses gerais; a afirmação de que o Estado implica dominação de uma minoria privilegiada; a crítica do estatismo de Marx, mostrando a impossibilidade de se construir o socialismo por meio da tomada do Estado.

Temas e posições que aparecem constantemente, mas nem tanto quanto os primeiros, são: a relação entre o Estado e a sociedade, em especial a economia capitalista, a Igreja e as ideias de maneira geral, negando o determinismo econômico, afirmando a possibilidade de agência do Estado nestas relações e mostrando a relevância do papel da Igreja em seu surgimento; a crítica da democracia representativa, enfatizando que ela adapta-se bem ao capitalismo e não soluciona a dominação estatista.

Em seguida, menos frequentes, encontram-se: a relação entre Estado e classes dominantes, mostrando que o Estado funciona para a manutenção da desigualdade de classes; os tipos de dominação envolvidos na própria existência do Estado, dentre os quais estão o governo da maioria por uma minoria, a violência e a conquista; os mecanismos de força e legitimidade utilizados pelo Estado para estabelecer sua dominação; a história geral do Estado, apresentando seu surgimento na Europa entre os séculos XVI e XVIII.

Os menos abordados são: a burocracia do Estado, seu estabelecimento e funcionamento; a formação histórica do Estado nos casos específicos da Alemanha, da França e da Rússia.

Mesmo que aparentemente longa, essa lista inclui uma série de temas e posições que, na maioria dos casos, são mencionados e brevemente discutidos, mas que não são aprofundados, articulados e conectados entre si.

Em geral, não há explicações mais pormenorizadas e não se mostra *como esses temas e posições relacionam-se*, principalmente em termos de *causalidade*. Isso certamente evidencia o fato de poucos pesquisadores estarem profundamente debruçados sobre a obra de Bakunin, buscando produzir estudos de maior fôlego, assim como a própria dificuldade de acesso aos seus escritos originais e

traduções. Evidencia também, muito provavelmente, dificuldades com a própria forma expositiva do autor, que, apesar do conteúdo denso e coerente de seus escritos, não é realizada da melhor maneira, principalmente no que tange à sistematização dos textos.

Ainda que devamos compreender as complicadas condições em que estes escritos foram produzidos, isso, sem dúvida, dificulta as investigações.

Parece óbvio que os estudos em questão variam em seu tratamento do tema; além disso, alguns são efetivamente melhores que outros. Não realizarei aqui uma análise, ou mesmo um comentário, de cada um deles, mas somente apontamentos gerais.

Os textos que discorrem sobre a teoria bakuniniana do Estado, na maioria dos casos, e apesar de suas virtudes, tenham eles foco numa abordagem histórica ou lógica, apresentam lacunas.

Desde uma perspectiva histórica, os estudos que tratam do surgimento e da conformação do Estado moderno não relacionam estes fenômenos com os casos concretos da Alemanha, França e Rússia, estudados com profundidade por Bakunin. Estudos deste tipo poderiam não somente contribuir com uma compreensão mais adequada da história do Estado moderno na Europa, mas também extrair os elementos de teoria que estão por trás do raciocínio histórico bakuniniano.

Desde uma perspectiva lógica, os estudos não articulam os temas e posições devidamente, de maneira a explicar de modo mais completo a teoria do Estado de Bakunin. Ainda que se afirme que o Estado implica dominação, poucas vezes especifica-se como e por que ele domina. Mesmo que se coloque que o Estado possui uma relação com o capital, em geral não se esclarece que relação é essa e como ela se dá.

Embora se enfatize que a economia não determina mecanicamente o Estado, não se elucida claramente esta relação entre economia e política. Permanece oculta a relação entre estrutura e agência (ação humana). Ainda que se afirme que o Estado favorece as classes dominantes, não se responde mais diretamente se é possível uma classe inteira comandar o aparelho de Estado e quais são as classes que historicamente têm administrado o Estado. Burguesia ou burocracia? As próprias noções de classes sociais, e mesmo de burocracia, não são adequadamente discutidas. Mesmo que se coloque que o Estado protagoniza diferentes dominações, em geral não se especificam quais são estas dominações, como elas funcionam, como se relacionam entre si e com outros tipos de dominações que extrapolam o político.

Enfim, muitos outros limites poderiam ser apresentados. No entanto, cumpre questionar: não estariam esses limites relacionados à própria produção de Bakunin? Não teria, ela mesma, certa incompletude e incoerência, que estaria sendo refletida nestes estudos? Há evidências para afirmar que não, em ambos os casos.

De acordo com Angaut (2005, p. 435), a teoria bakuniniana do Estado começou a ser elaborada a partir da análise do Estado russo, durante os anos 1840 e 1850, quando o autor ainda não era anarquista. Entretanto, foi durante os anos 1860, em especial em seu período anarquista, que ele desenvolveu, por meio da análise de fenômenos ocorridos em diversos países da Europa, uma teoria geral do Estado mais robusta, que, além de conter reflexões sobre aspectos gerais e particulares, possui fundamentos capazes de subsidiar uma caracterização adequada do Estado.

Considero que há uma teoria do Estado em Bakunin, em especial em seu período anarquista, que possui densidade e coerência, e, além disso, potencial explicativo. Entretanto, os argumentos para reconstituí-la estão dispersos em diferentes escritos e exigem um esforço significativo para serem articulados e expostos.

Em conclusão, creio que, apesar de, por um lado, haver uma escassez de estudos sobre a teoria bakuniniana do Estado e as investigações existentes apresentarem lacunas, por outro, as atividades recentes destes pesquisadores, militantes e acadêmicos, têm sido importantes para abordar o tema, que parece, conforme colocado, ter relevância não somente historiográfica, mas, também, capacidade explicativa para análises contemporâneas.

Evidentemente, o presente trabalho, muito sintético e mesmo incompleto, não pretende suprir todas as lacunas anteriormente expostas. Trata-se de um texto breve que, como afirmei, visa tão somente “colocar mais um tijolo nessa longa parede que urge ser construída”. Apontei todas estas lacunas, também, no intuito de contribuir com investigações posteriores.



## Capítulo 2

### FUNDAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS E TESES HISTÓRICA E LÓGICA

Quando me proponho abordar adequadamente a teoria bakuniniana do Estado, parece-me imprescindível discutir alguns fundamentos teórico-metodológicos, que utilizarei nesta empreitada.

Para estudar a teoria do Estado *anarquista* de Bakunin, é indispensável adotar uma seleção temporal acertada de seus escritos, que não misture os textos pré-anarquistas com os anarquistas. Para realizar uma abordagem imanente deste objeto – ou seja, analisar a teoria bakuniniana do Estado a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do próprio Bakunin –, é fundamental compreender o quadro de referência teórico-metodológico utilizado pelo autor para analisar a realidade social em geral, e o Estado em particular, assim como a maneira que ele ordena sua análise do Estado.

#### PERÍODO ANARQUISTA

Foi somente em seus últimos anos que Bakunin adotou posições teóricas e práticas que permitem situá-lo no

campo anarquista. Segundo René Berthier, sua vida e sua obra podem ser divididas em sete partes:

1.) 1835-1840 – Adepto da filosofia de Fichte, depois da de Hegel, Bakunin é, em política, um conservador. 2.) 1840-1842 – Estudos de filosofia em Berlim, passagem do conservadorismo a uma perspectiva democrática; descoberta do socialismo. 3.) 1842-1848 – Rejeição da filosofia, convivência com os radicais alemães, agitação revolucionária dirigida aos escravos. 4.) 1848-1849 – Participação na Revolução de 1848 em Paris, em Praga e em Dresden; defesa da causa eslava. 5.) 1850-1861 – Captura, prisão, deportação para a Sibéria e fuga. 6.) 1862-1867 – Retomada das atividades pela emancipação eslava; Bakunin envolve-se progressivamente no movimento operário na Itália; até 1868, defende a aliança do movimento socialista com a burguesia radical. 7.) 1868-1876 – Período propriamente anarquista de Bakunin. (Berthier, 2008a, p. 6)

Considero, em acordo com Berthier, que o período anarquista de Bakunin encontra-se entre 1868 e 1876. Sua passagem ao anarquismo conclui-se com o ingresso na Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), ou, Primeira Internacional, e com a fundação da Aliança da Democracia Socialista (A.D.S.).

Por isso, para a presente análise, estabeleço um corte temporal na obra de Bakunin, evitando um erro metodológico comum, quando se fundem seus textos de toda sua vida, considerando-os unitários ou parte de um suposto universo “anarquista”. A “teoria bakuniniana do Estado” aqui apresentada é, portanto, sua teoria *anarquista* do Estado, desenvolvida de 1868 em diante.

Tal análise fundamenta-se, principalmente, em *Estatismo e Anarquia*, de 1873 (Bakunin, 2003a) – um dos escritos mais importantes do autor –, e é complementada, na medida da necessidade, por outros textos e comentadores. Para este complemento bibliográfico, tomo em conta seus escritos do período anarquista e, também, *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (Bakunin, 1988), produzido entre 1867 e 1868, e que marca sua transição ao anarquismo; em termos de teoria do Estado, este escrito apresenta aspectos determinantes que serão aprofundados nos anos ulteriores.

### QUADRO DE REFERÊNCIA

O quadro de referência utilizado por Bakunin, em seu período anarquista, para a análise da sociedade em geral, e do Estado em particular, é chamado por ele de “materialismo científico”. (Cf. Berthier, 2012) Este conjunto de método de análise e teoria social oferece elementos para que se aborde devidamente a relação entre Estado e sociedade e para que se observe que o Estado insere-se em uma dinâmica social mais ampla.

Na discussão que realiza do materialismo científico, Bakunin (2000c, 2000e) sugere que método de análise e teoria social têm de constituir um quadro de referência que não pode oferecer respostas de antemão, dadas *a priori*. Este quadro deve, segundo sustenta, nortear a análise de fenômenos sociais que, por meio de suas próprias características e dinâmicas, podem colocar em xeque elementos deste arcabouço teórico-metodológico e, nesse caso, estes devem ser revisados e aperfeiçoados.

O materialismo científico deve nortear, portanto, como quadro de referência, o início das investigações, ingressando em caráter de hipótese e podendo ser revisto, algo que parece fundamental para que este arcabouço possa ajudar a compreender a realidade e não para que a realidade seja nele inadequada e forçosamente encaixada.

Conforme coloca Morris (1993, p. 78): “como outros teóricos do século XIX, Bakunin realiza uma distinção entre duas abordagens contrastantes e fundamentais da realidade, idealismo e materialismo, e sustenta enfaticamente que só a abordagem materialista é válida”. Bakunin (2000b, p. 14) mesmo reconhece que “os idealistas estão errados e os materialistas estão certos”, visto que “os fatos têm primazia sobre as ideias”. Torna-se fundamental, para ele, abandonar o idealismo, em especial o de base metafísica e teológica, e buscar compreender a sociedade a partir de seus fundamentos materiais, do homem real, do ser vivo em sua totalidade, avançando para além das aparências.

Por matéria, Bakunin (2000c) entende “a totalidade, toda a escala dos seres reais, conhecidos e desconhecidos, desde os corpos orgânicos mais simples até a constituição e o funcionamento do cérebro do maior gênio”. O homem, considerado desde esta perspectiva materialista, não pode ser tomado como um movimento de consciência pura, mas deve ser compreendido desde suas relações materiais.

Para se conservar, tanto o animal como o indivíduo devem comer, e, como espécie, devem se reproduzir. Eis a primeira base real da vida, comum a todas as espécies animais desde as mais inferiores, até ao

homem. Todas as outras faculdades e paixões só podem se desenvolver com a condição destas duas necessidades primordiais estarem satisfeitas. Essa é a lei soberana da vida da qual nenhum ser vivo saberia subtrair-se. (Bakunin, 2000c)

A base real do homem, sua condição de existência, assenta-se na necessidade de garantir os meios de sua existência e reproduzi-la. Assim, a economia – organização social dos meios para garantir as necessidades naturais da existência e da reprodução material dos homens – torna-se central e fator determinante.

Segundo Bakunin (2000d), “Marx [...] estabeleceu como princípio que todas as evoluções políticas, religiosas e jurídicas na história são, não as causas, mas os efeitos das evoluções econômicas. É uma grande e fecunda ideia.” Entretanto, este princípio é verdadeiro “quando se considera sob seu real aspecto, isto é, de um ponto de vista relativo”, visto que os fenômenos políticos, dentre eles o Estado, assim como os fenômenos culturais, uma vez dados, têm condições de determinar a economia num processo dialético e, por isso mesmo, dinâmico. Bakunin (2011, p. 55) considera fundamental tomar em conta “a reação, todavia evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica”. Se é verdade que “a miséria produz a escravidão política, o Estado”, também “a escravidão política, o Estado [...] reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência”.

E não é somente esta capacidade de agência do Estado que se destaca, mas também o fato de ele possuir características e dinâmicas próprias, as quais não podem

ser reduzidas a uma dinâmica social de base estrutural econômica.<sup>3</sup>

Nesse sentido, trata-se, desde os pressupostos do materialismo científico bakuniniano, de abarcar na análise da dinâmica social a totalidade das relações e, mesmo reconhecendo a centralidade da economia, reconhecer a influência que nela exercem elementos políticos e culturais que, se por um lado são por ela determinados, por outro possuem condições de determiná-la. Mesmo reconhecendo na economia a estrutura determinante do social, Bakunin também concebe que a ação humana possui condições de determinar esta estrutura, como coloca Morris (1993, p. 81): “ele também deu [...] uma ênfase importante no indivíduo como agente criativo, determinando e sendo determinado pelas condições naturais e sociais”. Dessa maneira, descarta o determinismo econômico e estrutural.

Além disso, nas explicações que realiza da sociedade, sejam elas teóricas ou históricas, o autor considera que as classes sociais e a luta de classes constituem aspectos fundamentais.<sup>4</sup> Por meio de uma teoria das classes sociais que será explicada adiante, Bakunin (1988, pp. 15-16) enfatiza que, na sociedade moderna, “apesar das posições intermediárias que formam uma transição insensível de uma existência política e social a outra, a diferença das classes é, todavia, muito marcada” e sustenta que uma “minoría comparativamente muito restrita de cidadãos privilegiados” contrapõe-se a uma maioria de trabalhadores das cidades e dos campos, condenada ao “trabalho forçado (pela fome)”, protagonizando um processo de luta de classes. As diversas classes sociais, que podem reduzir-se a duas, dominantes e dominadas, opressoras e oprimidas, são “diametralmente opostas uma à outra, e inimigas naturais uma da outra” e encontram-se

em luta constante. Deve-se, assim, reconhecer, na análise social, a capacidade de agência das classes, e que a experiência da luta de classes possui condições de influir na conformação de estruturas sociais.

Dessa maneira, analisar o Estado, tomando em conta o materialismo científico bakuniniano, exige não somente que se abandonem as posições teológicas, metafísicas e abstratas em geral, mas que se relacione o Estado, desde uma perspectiva materialista, com a totalidade social, a sociedade civil em geral, e com as classes sociais em particular. Mesmo que se reconheça a centralidade da economia, deve-se reconhecer, também, a dialética entre ela e outras esferas sociais, as quais possuem, conforme colocado, capacidade de determiná-la. Deve-se considerar, inclusive, que há aspectos próprios do Estado, que são irredutíveis à estrutura econômica da sociedade. Recusa-se, desse modo, o determinismo econômico e estrutural vulgar e concilia-se economia, política e cultura, assim como estrutura social e agência humana.

### ABORDAGEM HISTÓRICA E LÓGICA

Conforme aponta Berthier (2001, pp. 3-4), Bakunin expõe sua teoria do Estado em duas perspectivas distintas, uma histórica e outra lógica: “há, na realidade, dois registros a partir dos quais a questão do Estado é abordada: o registro histórico [...] e o registro lógico”. Mesmo que complementares, essas perspectivas – histórica e lógica, o filme e a foto, o diacrônico e o sincrônico – são distintas, visto que a conformação histórica de um fenômeno não necessariamente explica seu funcionamento lógico. Bakunin, ao discutir o Estado, “não

se preocupa tanto em situar o evento no tempo”, mas, principalmente, compreender “o processo”; ou seja, há uma priorização do lógico em relação ao histórico.

Dessa maneira, em coerência com o procedimento metodológico adotado, concedo neste livro maior relevância ao estudo lógico do Estado do que ao histórico, respeitando a prioridade estabelecida pelo próprio Bakunin.

### AS TESES HISTÓRICA E LÓGICA NA TEORIA BAKUNINIANA DO ESTADO

*Desde uma perspectiva histórica, Bakunin identifica que o Estado moderno surgiu no século XVI, na esteira da Reforma, e que se consolidou durante os séculos seguintes, processo este que se finalizou no bojo dos acontecimentos que decorreram da Revolução Francesa do século XVIII. A Reforma proporcionou condições para a institucionalização das relações de poder que se estabeleceram no conflito entre as forças dos soberanos e as forças da Igreja; a Revolução Francesa garantiu outra modificação significativa nas relações de poder, assegurando a dominação mais generalizada da burguesia que, inclusive, utilizou-se do Estado para tanto em variadas circunstâncias.*

Esta primeira tese bakuniniana será discutida por meio dos fatos que marcaram a história deste período, os quais, tomando como pano de fundo a Revolução Industrial, relacionam-se à dinâmica das relações de poder que envolvem os agentes em geral e as classes sociais em particular, nos marcos da Reforma e da Revolução Francesa. Pretendo buscar respostas a duas questões. Quando e como surge e se conforma o Estado? Quais são os principais agentes e os grandes marcos deste processo?

Não me debruçarei, ainda assim, na discussão que Bakunin realiza do surgimento do Estado em países específicos, como Alemanha, França e Rússia.

*Desde uma perspectiva lógica, Bakunin define o Estado em termos de natureza, caráter e função. Concilia, dessa maneira, a reflexão hegeliana de juventude acerca da separação-oposição entre Estado e sociedade civil com o papel do Estado na sociedade de classes, concebido mais adiante como fruto de sua transição ao socialismo. Na obra bakuniniana, o Estado moderno, em todas as suas formas ou regimes de governo, é considerado um instrumento político de dominação de classe que possui natureza dominadora, caráter de classe e função de garantir a dominação de classe.*<sup>5</sup>

Esta segunda tese bakuniniana será discutida a seguir por meio de quatro argumentos causais que possuem encadeamento lógico: 1.) Para não ser conquistado e manter a ordem interna, o Estado precisa aumentar permanentemente sua força; 2.) A dinâmica do Estado, em suas distintas formas, está relacionada a diferentes tipos de dominação, na esfera política e em outras; 3.) As dominações do Estado são levadas a cabo em função de interesses das classes dominantes, sendo que a burocracia é uma dessas classes; 4.) Tanto o Estado quanto a burocracia tendem a conservar-se, principalmente em caso de a dominação em nível sistêmico e estrutural perdurar; 5.) A abolição do Estado é imprescindível para o estabelecimento do socialismo e a garantia da emancipação popular.

Pretendo, neste caso, buscar respostas a cinco questões. Mesmo relacionando Estado e dominação, como se explica essa *natureza dominadora* do Estado? Por que o Estado domina? Ainda que relacionando Estado e classes dominantes, como se definem e explicam as classes sociais e o *caráter de classe* da dominação do Estado? Como

e por que a dinâmica do Estado contribui com a *função de manter a dominação de classe* na sociedade? Quais são as implicações estratégicas desta análise teórica?

A partir destas teses e deste conjunto norteador de questões pretendo, a seguir, realizar a discussão proposta e demonstrar, em linhas gerais, como Bakunin concebe a história e a lógica do Estado.

## Capítulo 3

### HISTÓRIA DO ESTADO

Bakunin desenvolve seu argumento acerca da formação histórica do Estado de maneira bastante concisa, na primeira das “Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier” (Bakunin, 2008a), de 1871, e toma por base dois acontecimentos que contribuíram, a seu ver determinadamente, com o estabelecimento da modernidade: a Reforma e a Revolução Francesa. Afirma Bakunin (2008a, pp. 59, 71) nesse sentido: “dois fatos históricos, duas revoluções memoráveis” constituíram “o que denominamos mundo moderno, o mundo da civilização burguesa”: “a revolução religiosa do século XVI, conhecida sob o nome de Reforma, e a grande revolução política do século passado [XVIII]”, a Revolução Francesa.

Ele analisa a constituição e a trajetória do Estado inseridas neste contexto, não somente pela avaliação das forças em jogo no quadro de aprofundamento da Revolução Industrial, mas, principalmente, das relações entre as classes sociais no período.

Para o autor, até a primeira metade da Idade Média, o clero constituía a classe dominante; selecionava seus membros entre todas as outras classes e possuía a propriedade das terras.<sup>6</sup> O poder e os direitos de reis e imperadores deviam, naquele momento, ser reconhecidos e

consagrados pela Igreja. O período que se estende do século XII ao XV caracteriza-se por conflitos, cada vez mais marcantes, entre os soberanos e o Papa e, assim, entre poder político e poder clerical e, em especial a partir do século XIV, a burguesia começa a ascender em função das liberdades comunais e o desenvolvimento comercial e industrial.

A Reforma, levada a cabo no século XVI, põe fim ao crescente conflito político-clerical e constitui o ato fundador do Estado moderno:

Dessa revolução [a Reforma] surgiu uma nova potência, não ainda a da burguesia, mas a do Estado, monárquico, constitucional e aristocrático na Inglaterra, monárquico, absoluto, nobiliárquico, militar e burocrático em todo o continente da Europa, com exceção de duas pequenas repúblicas, a Suíça e a Holanda. (Bakunin, 2008a, p. 60)

A revolução proporcionada pela Reforma, na interpretação bakuniniana, possui como traço central a separação entre o poder político e o poder clerical e, com isso, a proclamação da “independência dos Estados” ou, mais especificamente, o próprio nascimento do Estado moderno.

Com a Reforma, não se considera mais que o poder e os direitos dos soberanos se originam na Igreja, mas que emanam diretamente de Deus; os soberanos passam, desta maneira, a ser absolutos. Bakunin (2008a, p. 61) sustenta que, neste contexto, há uma modificação nas relações de poder e, sobre o antigo despotismo da Igreja, se estabelece o despotismo estatista, monárquico. A Igreja, antes senhora, passa a ser serva do Estado, constituindo

um instrumento de governo nas mãos dos soberanos, processo ocorrido “não somente nos países protestantes, onde, sem excluir a Inglaterra, especialmente pela Igreja anglicana, o monarca foi declarado o chefe da Igreja, mas ainda em todos os países católicos, sem excetuar sequer a Espanha”.

Saul Newman (2012, p. 11) afirma, ao refletir sobre esta posição de Bakunin, que, com a Reforma, “os soberanos coroados da Europa usurparam o poder da Igreja, criando uma autoridade secular baseada na noção de direito divino – daqui, o nascimento do Estado moderno”.

Assim, a Igreja passa a contar somente consigo mesma e, para garantir sua continuidade, precisará de apoio dos soberanos. Para tanto, terá de contribuir com seus interesses financeiros e políticos, além de demonstrar-se digna de apoio. Antes da Reforma, em diversos momentos a Igreja havia colocado-se contra os soberanos; depois dela, na esteira deste processo, ela se torna, em todos os países, inclusive na Suíça, aliada do Estado e contrária à burguesia e ao povo (proletariado e camponeses).

A Igreja se estabelece nesta relação por meio da legitimação que promove do novo modo de dominação, visto que ela deu-se “por missão pregar às massas populares a resignação, a paciência, a obediência consequentemente, a renúncia aos bens e às fruições desta terra, que o povo, segundo ela dizia, deve abandonar aos felizes e aos poderosos da terra, a fim de assegurar para si mesmo os tesouros celestes”. (Bakunin, 2008a, pp. 61-62)

Promovendo a legitimidade do status-quo – que justifica progressivamente a dominação pela força anteriormente estabelecida –, a Igreja cumpre uma função relevante ao novo poder político e estabelece, assim, sua

posição de submissão privilegiada no seio desta relação, num movimento relativamente similar ao que se passa com a nobreza.

Esta legitimidade é fortalecida, após a constituição do Estado moderno, por meio da sustentação de uma nova “moral de Estado”, que não somente legitima o novo poder político, gerando discursos consoantes com esta posição e subsidiando a conformação de leis – e, assim, transformando fatos em Direito (Leval, 1976, p. 199) –, mas também justifica incontáveis crimes contra a humanidade cometidos em função de interesses estatistas. A universalidade e o absolutismo atribuídos aos Estados os colocam em conflito, e as guerras de conquista são frequentes.

Assim como havia se passado com a Igreja, antes da Reforma a nobreza (em especial os senhores feudais), em distintas circunstâncias, colocou-se contra os soberanos e constituiu, mesmo, uma força rival ou inimiga deles.

Com a Reforma, a nobreza também terminou numa posição de submissão privilegiada – Bakunin (2008a, p. 62) fala na nobreza como “serva privilegiada” do Estado – em relação aos soberanos, principalmente por ter preenchido praticamente todas as funções militares e civis do Estado e por ter constituído parte significativa das cortes.

Os senhores feudais, nobres, por mais que tenham permanecido proprietários mais ou menos exclusivos da terra, perderam sua independência política. Ainda que submissos ao soberano, continuaram a explorar a burguesia e o povo, não mais em seu próprio nome e sob respaldo do direito divino, mas em nome do soberano e justificado pelo interesse do Estado.

Esse caráter e essa situação particular da nobreza conservaram-se quase integralmente, mesmo em nossos dias, na Alemanha. [...] Prova disso são as barbaridades ignóbeis, atroz, da última guerra [Guerra franco-prussiana], a formação bem recente desse terrível Império cnuuto-germânico, que é incontestavelmente uma ameaça à liberdade de todos os países da Europa, um desafio lançado a toda a humanidade pelo despotismo brutal de um imperador-policial e soldado ao mesmo tempo, e pela estúpida insolência de sua canalha nobiliária. (Bakunin, 2008a, p. 63, colchetes adicionados)

A Reforma, além disso, conforme coloca Bakunin, ao acabar com a onipotência da Igreja, pedra angular do poder dos senhores feudais, da nobreza, favorece a burguesia que, conforme mencionado, há dois séculos vinha se fortalecendo.

As liberdades comunais e o desenvolvimento comercial e industrial dão força à burguesia, e, também, inversamente, o crescimento da burguesia reforça tais liberdades e desenvolvimentos.

A burguesia terminou entregue ao novo despotismo do Estado, agora regularizado, que passou a atingi-la principalmente por meio dos impostos, permanentemente crescentes, em vista de diferentes causas.

O aumento de gastos do Estado refletiu-se diretamente nos impostos. Dentre os fatores que contribuíram com este aumento, encontram-se: “as guerras [...] incessantes, que esses Estados, tornados absolutos, fizeram entre si”; “a necessidade de manter grandes exércitos permanentes”; “o luxo crescente das cortes dos soberanos”; “a necessidade de alimentar toda essa multidão

privilegiada que preenchia as mais altas funções no exército, na burocracia e na polícia”. (Bakunin, 2008a, p. 64)

Por mais que os impostos tenham afetado de maneira mais dura o povo, eles não aliviaram muito menos a burguesia, no período compreendido entre a Reforma e a Revolução Francesa.

Diferentemente da Igreja e da nobreza, a burguesia, antes da Reforma, havia, por várias vezes, sido aliada dos soberanos na luta contra as forças clericais e feudais. Possuía, por este motivo, certo nível de independência e liberdade. No entanto, com a Reforma, e o processo descrito de subordinação privilegiada da Igreja e da nobreza, os soberanos não precisaram mais da burguesia, que, por isso, perdeu independência e liberdade.

A situação do povo, ou seja, do campesinato e do proletariado, nesse contexto, também se modificou; cumpre apontar que ele era o responsável pelo pagamento da maioria dos impostos.

Os camponeses da Europa central, na Alemanha, na Holanda e, em parte, na Suíça, envolveram-se, no início da Reforma, em um movimento emancipador, que terminou traído pela burguesia, amaldiçoado pelo protestantismo burguês e sufocado em sangue. Situação que terminou por vincular o campesinato à gleba – Bakunin (2008a, p. 65) sustenta serem os camponeses “servos de direito, escravos de fato” – até 1789-1793 na França, 1807 na Prússia e 1848 em quase todo o resto da Alemanha.

O proletariado das cidades também se encontrava em uma situação análoga à dos camponeses, dividindo-se em duas categorias: aqueles organizados nas corporações e os não organizados. Os primeiros estavam imobilizados e oprimidos pelos patrões (chefes das corporações); os segundos encontravam-se privados de todos os direitos e eram explorados por todos.

Na Europa, o período intermediário entre a Reforma e a Revolução Francesa caracterizou-se pela consolidação do Antigo Regime (absolutismo e mercantilismo), pela expansão da civilização ocidental, incluindo as iniciativas de colonização, e pela ascensão da burguesia, em cujo processo contou determinadamente o fortalecimento mercantil, mesmo que a servidão fosse ainda a condição da maioria dos camponeses; o poder do Estado, conforme apontado, foi se fortalecendo progressivamente.

Juntamente com a Revolução Industrial, a Revolução Francesa conclui a conformação da sociedade moderna, e, portanto, do Estado, ainda que, desde o século XVII, na Inglaterra, a burguesia tivesse se estabelecido hegemonicamente. Com a crise do Antigo Regime, essa era de revoluções possui como marca fundamental o estabelecimento mais generalizado da dominação burguesa.

Ao relacionar a Revolução Francesa com o estabelecimento desta dominação, Bakunin (2008a, p. 69) nota que a trajetória do Estado foi, desde seu surgimento, permanentemente atravessada por cisões entre minorias governantes e maiorias governadas, num processo que, em seus termos, “a minoria desempenha o papel de martelo e a maioria representa a bigorna”.

Com a Revolução Francesa, explica ele, a condição da burguesia modifica-se significativamente:

Até a grande Revolução, a classe burguesa, ainda que em grau menor que as massas populares, tinha feito parte da bigorna. E foi por esse motivo que ela foi revolucionária. [...] A burguesia, representada, nessa luta contra a Igreja e o Estado, por seus mais nobres espíritos e por suas maiores qualidades, acre-

ditou de boa-fé que trabalhava igualmente para a emancipação de todos. Os dois séculos que separam as lutas da Reforma religiosa daquelas da grande Revolução foram o período heroico da classe burguesa. Tornada poderosa pela riqueza e pela inteligência, atacou audaciosamente todas as instituições respeitadas da Igreja e do Estado. Ela minou tudo, inicialmente pela literatura e pela crítica filosófica; mais tarde, derrubou tudo pela revolta aberta. Foi ela quem fez a revolução de 1789 e de 1793. Sem dúvida só pôde fazê-la servindo-se da força popular; mas foi ela quem organizou essa força e que a dirigiu contra a Igreja, contra a realeza e contra a nobreza. Foi ela quem pensou e quem tomou a iniciativa de todos os movimentos que o povo executou. A burguesia tinha fé em si mesma, sentia-se poderosa porque sabia que atrás dela, com ela, havia o povo. (Bakunin, 2008a, pp. 69-70)

A Revolução Francesa constitui, assim, um marco relevante para o estabelecimento da dominação burguesa em todas as esferas, ainda que sua hegemonia não tenha se consolidado integral e concomitantemente em todos os países europeus. Na visão do autor, apesar de usufruir das forças populares, esta revolução *política*, apesar de ter trocado o poder político de mãos e favorecido o estabelecimento da hegemonia da burguesia, manteve as estruturas de dominação, incluindo o Estado, mas, principalmente, a sociedade de classes e, assim, a exploração e a opressão dos trabalhadores, do povo em geral.

Para Bakunin (2008a, p. 93), o domínio, na Europa, dos interesses e da política burgueses conclui-se em 1830, “principalmente na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda e na Suíça”; em outros países, como “a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, a Itália, a Espanha e Portugal”, ainda que “os interesses burgueses” tivessem

“sobrepujado todos os outros”, “o governo político dos burgueses” não estava ainda estabelecido.

A partir dos elementos históricos apresentados por Bakunin para a conformação do Estado moderno, podem-se extrair, com o auxílio de Berthier, elementos teóricos para se refletir sobre este processo.

Conforme apontado, para Bakunin, o Estado surge no século XVI, no bojo da Reforma, a partir de uma transformação nas relações de poder. Pode-se identificar, nesta circunstância, uma determinada dinâmica: “grupos organizados combatem pela tomada do poder até que um deles, melhor organizado, torna-se o senhor e forma um ‘Estado regular’”. (Berthier, 2001, pp. 4-5) O Estado moderno surge, nesta chave, como resultado da institucionalização de uma relação de poder que se estabelece no conflito entre as forças dos soberanos e as forças da Igreja. É por isso que Bakunin (2009a, p. 55) afirma que “o Estado é o irmão mais novo da Igreja”.

Nesta disputa, como uma importante maneira de aumentar seu poder, “se a parte vencedora for inteligente, ela concederá vantagens aos homens mais influentes do grupo vencido”; e é, em grande medida, o que ocorre: “a vitória desse grupo atrai para o lado dos vencedores uma parte do grupo vencido”. (Berthier, 2001, pp. 4-5) Os soberanos, vitoriosos, trazem para seu lado, ainda que de maneira subordinada, não somente o clero, mas também a nobreza e, assim, constituem a burocracia de Estado.

No período entre os séculos XVI e XVIII, o Estado caracteriza-se como instrumento político das classes dominantes, visto que soberanos, nobreza e clero fazem uso dele contra a burguesia, o campesinato e o proletariado. Também neste período, inicia-se uma dinâmica que exige que outros Estados sejam criados e fortalecidos.

Conforme se estabelece um primeiro Estado, argumenta Bakunin (1988, p. 96), é natural que “os indivíduos que se encontrem fora dele, ameaçados por ele em sua existência e em sua liberdade, associem-se por sua vez contra ele”. Outros Estados devem ser criados, se as populações não desejam ser conquistadas. A humanidade divide-se, progressivamente, em “Estados estranhos, hostis e ameaçadores uns aos outros”, os quais impõem a necessidade de “devorar para não ser devorado, conquistar para não ser conquistado”; “cada Estado, sob pena de perecer, deve, portanto, procurar se tornar o mais poderoso”. É este conflito que caracteriza, para o autor, o período subsequente.

Com a Revolução Francesa, segundo sua interpretação, as relações de poder são, nova e significativamente alteradas, e a burguesia estabelece, em geral, sua dominação definitiva sobre o povo (campesinato e proletariado). Para isso, ela usufrui, em alguns casos, da estrutura do Estado.

O Estado moderno, como um agente ativo, participa do estabelecimento da dominação burguesa e do próprio capitalismo, consolidados plenamente apenas durante o curso do século XVIII; na Europa, o Estado moderno terminará de conformar-se no século XIX, no contexto das unificações alemã e italiana.

## Capítulo 4

# LÓGICA DO ESTADO

Bakunin abordou o Estado desde uma perspectiva lógica em parte significativa de sua obra, em especial no período anarquista. Em um conjunto relativamente amplo de escritos ele explica o funcionamento do Estado moderno. *Estatismo e Anarquia*, de 1873 (Bakunin, 2003a), uma das obras mais importantes do autor, será utilizada como base desta exposição, complementada na medida da necessidade por outros textos e, também, por alguns comentadores do autor e teóricos dos temas relacionados ao poder e ao Estado.

Explicarei, a seguir, por meio dos quatro argumentos colocados anteriormente, a noção de que o Estado moderno é um instrumento político de dominação de classe que possui natureza dominadora, caráter de classe e função de garantir a dominação de classe.

### **O AUMENTO PERMANENTE DE FORÇA PARA GARANTIR A DOMINAÇÃO DE CLASSE**

A função do Estado, de garantir a dominação de classe, implica diferentes tipos de dominação, o que faz

com que Estado e dominação estejam permanente e indissociavelmente relacionados: “Quem diz Estado, diz necessariamente dominação [...], eis por que somos inimigos do Estado”. (Bakunin, 2003a, p. 212) Compreender como e por que se dá essa associação direta entre Estado e dominação exige, entretanto, uma explicação mais pormenorizada.

O Estado não é uma instituição isolada, que funciona somente em torno de si mesma e de modo autossuficiente, mas constitui parte de uma dinâmica social mais ampla, que implica relações com outros Estados e também com outros agentes, não somente políticos, mas também econômicos e culturais.

Para cumprir sua função, o Estado precisa *aumentar sua força permanentemente*, em especial por dois motivos: para não ser conquistado ou dominado por outros Estados, e para conseguir estabelecer a manutenção interna da ordem.

Entender a dinâmica das relações internacionais entre Estados, que envolvem a conquista e a dominação nacional (imperialismo/colonialismo), implica conhecer por que, para Bakunin, o poder político tende, assim como o capital, a concentrar-se e a buscar a hegemonia por meio da constituição de impérios. Ele sustenta haver uma similaridade entre a dinâmica do capital e a dinâmica do Estado:

A mesma concorrência que, no plano econômico, esmaga e devora os pequenos, e até mesmo os médios capitais, estabelecimentos industriais, propriedades fundiárias e casas de comércio, esmaga e devora os pequenos e médios Estados, em proveito dos impérios. Doravante, todo Estado que não se contentar em existir no papel e pela graça de seus vizinhos, pelo

tempo que estes quiserem tolerar, mas desejar ser um Estado real, soberano, independente, deve ser necessariamente um Estado conquistador. (Bakunin, 2003a. p. 66)

Há, assim, na esfera política, uma dinâmica similar àquela que se passa na esfera econômica. Nesta última, a tendência à concentração de capital, existente em função de uma série de vantagens que as grandes empresas possuem em relação às pequenas – técnicas, financeiras, organizativas etc. –, faz com que o grande capital derrote o pequeno na concorrência. Com isso, os grandes ficam maiores e os pequenos tendem a desaparecer, favorecendo o processo de permanente concentração.

Bakunin vê na dinâmica política, em que o Estado é agente principal, uma dinâmica similar. Para ele, os Estados nacionais estão em permanente disputa, e os grandes Estados (impérios) tendem a conquistar ou subjugar os pequenos. Recorde-se, conforme mencionado, que a conquista, para o autor, é, em alguma medida, objetivo de todos os Estados, tendo em vista a necessidade de “devorar para não ser devorado, conquistar para não ser conquistado”. No conflito político permanente, os grandes Estados possuem imensas vantagens em relação aos pequenos, e, por isso, tendem a impor-se.

Visando participar adequadamente dessa dinâmica, os Estados têm de fortalecer-se militarmente, em especial por meio dos exércitos, conforme explica Bakunin (2003a, p. 36): “O Estado moderno, por sua essência e pelos objetivos que se fixa, é por força um Estado militar”, que deve, necessariamente, “tornar-se um Estado conquistador; se ele próprio não se lançar à conquista, será conquistado, pela simples razão de que, por toda parte onde

a força existe, é preciso que ela se mostre ou aja.” O Estado moderno precisa ser grande e forte, de maneira a salvaguardar-se e impor-se nas relações internacionais. Assim como as iniciativas capitalistas tendem ao monopólio, “o Estado moderno, militar por necessidade, traz em si a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal”, chegar à hegemonia, considerada “a manifestação tímida e possível desta aspiração quimérica inerente a todo Estado”; para ele, “a impotência relativa, ou pelo menos a sujeição de todos os Estados vizinhos, é a condição primeira da hegemonia”.

Entretanto, é evidente que não são todos os Estados que possuem esta vocação para a conquista e, mesmo, que conseguem levá-la a cabo. Se, por um lado, os grandes e poderosos Estados tendem a conquistar os menores, a estes últimos resta aumentar suas forças de defesa, na tentativa de evitar ser conquistados. E se os grandes Estados não querem ser futuramente ameaçados, devem, eles também, buscar aumentar permanentemente sua força.

“Ninguém contestará [...] que os grandes Estados atuais têm por objeto, mais ou menos declarado, a conquista”. No entanto, “os Estados médios, e sobretudo os pequenos Estados, dir-se-á, só pensam em defender-se, e seria ridículo de sua parte sonhar com a conquista”. Mesmo que não estejam em condições de levá-la a cabo, a conquista permanece como aspiração daqueles que gerem os Estados médios e pequenos: “aumentar, crescer, conquistar, a qualquer preço e sempre, é uma tendência inerente a todo Estado, qualquer que seja sua extensão, sua fraqueza ou sua força, porque é uma necessidade de sua natureza”. (Bakunin, 2008b, p. 27)

Consequências deste processo são os conflitos constantes: “entre todos os Estados que existem, um ao lado

do outro, a guerra é permanente e a paz apenas uma trégua”. (Bakunin, 2008b, p. 28) A tendência à concentração do poder político e essa “vocação imperialista” (Cappelletti, 1986, p. 222) do Estado moderno implicam, pois, conflitos constantes entre Estados nesta luta pela dominação e a resistência nacional. Mesmo os momentos de paz não significam que tenha havido o fim da dominação.<sup>7</sup>

Compreende-se, assim, por que Bakunin sustenta a necessidade de aumento de fozza para precaver-se em relação à conquista e   dominação de outros Estados, e como esta dinâmica tem como consequência as guerras.

Além disso, o Estado moderno também precisa investir na manutenção da ordem em seus próprios territórios. “Para manter a ordem interna”, coloca o autor, “para preservar sua unidade imposta pela coação”, o Estado moderno necessita não somente de “um grande exército”, mas também “de uma polícia, de uma burocracia gigantesca”. (Bakunin, 2003a, p. 87) Em circunstâncias de normalidade, a ordem é preservada pelos próprios mecanismos de legitimação produzidos e reforçados, dentre outros agentes, pelo próprio Estado.

Quando isso não é suficiente, a ameaça da violência ou a própria violência desencadeada pelo Estado em forma de repressão vem à tona e garante a preservação do *statu quo*. Esses braços policial-militar e burocrático do Estado agem por meios mais ou menos violentos, a depender da circunstância, e seus agentes – policiais, militares, governantes, juízes – encarnam diretamente essa tarefa, controlando populações inteiras e garantindo que não se coloquem em xeque os aspectos fundamentais da estrutura social.

A preservação do *statu quo* envolve diretamente a continuidade dos privilégios das classes dominantes. O

Estado não apenas garante, mas proporciona, ele próprio, as condições para o monopólio do poder político pela burocracia, que usufrui do privilégio de tomar as decisões concernentes às regras de funcionamento da sociedade, à solução de conflitos, à execução de deliberações, à coação e à punição. Privilégio que, ao mesmo tempo, relaciona-se aos benefícios econômicos dos quais a burocracia também usufrui.

Bakunin (2003a, p. 169) sustenta que o Estado tem por “efeito consolidar, direta e infalivelmente, os privilégios políticos e econômicos da minoria governante e a escravidão econômica e política das massas populares”. É também o Estado que garante a exploração do trabalho, por meio da submissão das massas, como destaca Bakunin (2003a, p. 35, 228), ao afirmar que o Estado moderno visa “a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho, em proveito do capital concentrado em pouquíssimas mãos”. Em razão de este capital constituir “a alma de todo Estado político”, principalmente por financiá-lo, o segundo garante ao primeiro “o direito ilimitado de explorar o trabalho do povo”. Proprietários de terras e das indústrias capitalistas têm, deste modo, garantidos seus privilégios na apropriação de parte do produto do trabalho de camponeses, operários e outros trabalhadores.

A manutenção da ordem, levada a cabo pelos braços policial-militar e burocrático do Estado, de maneira mais ou menos violenta, implica, necessariamente, a garantia de continuidade da dominação e dos privilégios políticos e econômicos das classes dominantes. Ela envolve, de acordo com o que coloca Bakunin (2003a, p. 25), diretamente, o controle e a submissão das massas populares: “os Estados não podiam e não podem encontrar outro terreno de entendimento senão na escravização

premeditada das massas populares, que formam a base e o objetivo comuns de sua existência”. Assim se caracteriza a “vocação escravista” (Cappelletti, 1986, p. 223) do Estado moderno.

A maior ameaça   manutenção da ordem é a revolução social. Ela implica não somente a “abolição de toda exploração e de toda opressão política ou jurídica, governamental ou administrativa, quer dizer, a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todos os bens”, mas também, e imprescindivelmente, a “destruição de seu último bastião, o Estado”. (Bakunin, 2003a, p. 73)

Em sua teoria da revolução, Bakunin enfatiza que esta deve ser obra do povo, ou seja, das classes dominadas, das classes oprimidas da sociedade. São somente elas que, em razão de seus interesses antag nicos aos das classes dominantes, e por constituírem a ampla maioria da sociedade, podem protagonizar este processo, modificando radical e violentamente a estrutura e as relações sociais, pondo fim às classes,   dominação e aos privilégios de maneira geral.

É por esse motivo que Bakunin (2003a, p. 44) afirma: “De um lado, o Estado, de outro, a revolução social; estes são os dois polos, cujo antagonismo forma a própria essência da vida social”. De um lado, oprimidos em busca da transformação da sociedade, do fim da dominação e dos privilégios de classe; de outro, o Estado, instrumento político das classes dominantes; “ ltimo bastião” da dominação de classe. Trata-se de uma clara contradição entre os oprimidos na busca pelo fim da dominação e dos privilégios de classe e o instrumento político que os garante.   evidente que, para manter a ordem, o Estado deve impedir, a todo custo, uma revolução social nos moldes bakuninianos.<sup>8</sup>

Compreende-se, assim, por que Bakunin sustenta a necessidade de aumento de força para se garantir a manutenção da ordem, e como isso implica a manutenção da dominação e dos privilégios.

Portanto, para não ser conquistado ou dominado por outros Estados e manter a ordem interna, o Estado moderno precisa aumentar permanentemente sua força. Neste processo, envolve-se em conflitos com outros Estados e com seu próprio povo:

Todos os Estados [...] estão condenados a uma luta perpétua: luta contra suas próprias populações, oprimidas e arruinadas, luta contra todos os Estados estrangeiros, dos quais cada um só é poderoso sob a condição de que o outro seja fraco; e como só podem conservar-se nesta luta aumentando a cada dia sua força, tanto no interior, contra seus próprios cidadãos, quanto no exterior, contra as potências vizinhas – resulta disso que a lei suprema do Estado é o aumento de sua força em detrimento da liberdade interior e da justiça exterior. (Bakunin, 1998, p. 41)

Reforçando o argumento da necessidade constante de aumento de força, Bakunin (2008b, p. 28) reflete acerca da dinâmica entre as forças sociais conflitivas que conformam a sociedade e afirma que é da natureza destas forças que as maiores imponham-se às menores; mesmo uma destas últimas “não pode suportar nenhuma outra, nem superior, nem igual” e só se submete “quando a isso é obrigada, quer dizer, quando se sente impotente para destruí-la ou derrubá-la”.

Na dinâmica do Estado, isso implica que se um Estado não estiver aumentando permanentemente sua força, outros Estados poderão estar, assim como os prole-

tários, camponeses e marginalizados; há, deste modo, um risco em relação a seu poder. Se o Estado quer assegurá-lo, externa e internamente, e assim cumprir sua função, deve assegurar um fortalecimento constante, sua maior garantia de que não será ameaçado por fatores externos ou internos.<sup>9</sup>

Bakunin demonstra como o Estado moderno consegue, de fato, aumentar sua força. A forma mais adequada para tanto é por meio da conciliação de suas vocações imperialista e escravista para transformar a dominação exterior e interior em força social; tais dominações constituem suas fontes mais relevantes de poder.

Há pelo menos oito mecanismos que permitem que um Estado obtenha força e a aumente, os quais podem ser reconhecidos nas análises que o autor realiza da Alemanha, e também de outros Estados europeus: extensão do território, tipo de território, presença em territórios livres, recursos financeiros, recursos organizativos e militares, extensão da população, apoio da população e limite da participação política da população. Discorro, a seguir, mais detalhadamente sobre estes mecanismos.

Quanto maior o território de um Estado, mais forte ele é, visto que possui maior quantidade de espaço e de recursos e, com isso, mais possibilidades de exploração de minas e de outros recursos naturais, maior espaço para indústrias, agricultura, pecuária, moradia etc. As conquistas são ferramentas importantes para a anexação de novos territórios ao Estado e, no caso disso ocorrer em regiões desenvolvidas, o Estado contará ainda com outros tipos de recursos, inclusive humanos, que também poderão ser explorados.

No caso do fortalecimento do império germânico, Bakunin (2003a, p. 133) aponta que as ações de conquista foram fundamentais, não somente para o aumento

de seu território, mas também para a apropriação de outros recursos: “ele obteve brilhantes vitórias sobre a Dinamarca, a Áustria e a França”; apoderou-se “de todo o armamento desta última e de todos os seus estoques militares”, obrigou-a “a pagar-lhe cinco bilhões” e ocupou “contra ela, ao anexar a Alsácia e a Lorena, tanto sob o aspecto defensivo quanto ofensivo, uma posição militar de primeira ordem”. Principalmente por meio da Guerra franco-prussiana, a Alemanha obteve não somente a (re)conquista de um território, expandindo assim o seu próprio, mas também a apropriação de recursos militares (armas) e financeiros (o dinheiro cobrado da França ao fim da guerra).

Dependendo do tipo de território que se possui ou conquista, há maiores ou menores possibilidades de aumento de força. Quanto maiores forem os recursos de uma região, maior será a força do Estado que a administra. Bakunin (2003a, p. 117) reflete particularmente acerca das vantagens que possuem as regiões portuárias com acesso aos oceanos: “nenhum Estado pode elevar-se ao nível de grande potência”, sustenta, “se não possuir vastas fronteiras marítimas, que lhe assegurem comunicações diretas com o mundo inteiro e permitam-lhe tomar parte, sem intermediário, na evolução do mundo, tanto no plano material quanto no plano social, político e moral.” Para ele, o acesso aos mares garante determinadas vantagens, que podem concretizar-se com as navegações e o comércio marítimo.

Oceanos e mares fazem parte de “territórios livres” do mundo que ainda não foram privadamente apropriados, assim como a atmosfera e os ares; no entanto, a navegação e o comércio marítimo ofereciam, no século XIX, maiores possibilidades do que o transporte aéreo:

As comunicações pelo mar, em razão de seu baixo custo relativo, de sua rapidez, assim como de sua liberdade, uma vez que o mar não pertence a ninguém, são superiores a todos os outros meios de comunicação conhecidos. [...] Pode acontecer que, um dia, a navegação aérea se revele ainda mais cômoda sob todos os aspectos e adquira uma importância particular, pois criará, em definitivo, condições iguais de desenvolvimento e de existência para todos os países. Até o presente momento, porém, não se pode falar dela como meio de comunicação prático, e a navegação marítima permanece, apesar de tudo, o principal fator do progresso dos povos. (Bakunin, 2003a, p. 118)

Bakunin considera que a presença do Estado nestes territórios, que “ainda não pertenceriam a ninguém”, constitui um outro mecanismo de aumento de força do Estado. É evidente que isso lhe traz benefícios não somente econômicos, mas também geopolíticos.

Também é claro que, para um Estado ser forte ele precisa de recursos financeiros, dinheiro. Conforme apontado, as dominações externas podem ser fonte de dinheiro, seja por ações oriundas de guerras, como no caso citado, ou mesmo pela dominação imperial, nos casos de colonialismo ou imperialismo, em que se transferem recursos econômicos de um Estado a outro. Entretanto, o Estado consegue financiamento também a partir da dominação interna; ele garante a exploração econômica nas cidades e nos campos pois, principalmente por meio dos impostos, recebe parte desta apropriação indevida do trabalho.

Continuando com outro aspecto já mencionado, para Bakunin (2003a, p. 228), o vínculo capital-Estado, assegurado por este último, garante a ele próprio uma

fonte relevante de rendimentos, visto que o capital teria se tornado a própria “alma” do Estado moderno, o qual, sendo pelo capital financiado, assegurar-lhe-ia o direito ilimitado de exploração do povo. Bakunin (2003a, p. 127) enfatiza, além disso, que “sem indústria e sem comércio, nenhum Estado, sobretudo um Estado moderno, pode existir, porque a riqueza dita nacional está longe de ser a da nação”, pois ela não é usufruída igualmente por todos, destinando-se não somente à apropriação privada mas, também, ao financiamento do Estado; é nesse sentido que “a riqueza das classes privilegiadas é uma força”, principalmente por contribuir com o financiamento do Estado e a garantia de sua própria apropriação.

O Estado pode ainda explorar, ele mesmo, seu povo, por meio da propriedade nacional, usufruindo diretamente de parte do valor produzido pelo trabalho de outros; pode, ao mesmo tempo, usufruir de empréstimos conseguidos com bancos e outras fontes e, conforme o caso, como ocorria na Rússia, promover “o roubo generalizado e oficialmente organizado, a dilapidação do dinheiro público e a espoliação do povo”. (Bakunin, 2003a, p. 127)

Para obter esse dinheiro originado nos impostos, na exploração direta, nos empréstimos e no roubo direto, o Estado oferece seu apoio, tanto aos proprietários dos meios de produção, quanto a banqueiros e comerciantes, visando financiar sua burocracia e seu exército.

Bakunin também considera um mecanismo de aumento de força do Estado o investimento em recursos organizativos (da própria burocracia) e militares, em especial por meio da centralização e administração racional visando a eficácia. No caso da dominação externa, pode-se, como no mencionado caso alemão, simplesmente apropriar-se de recursos militares do país subj-

gado ou mesmo utilizar seus recursos financeiros, ou ainda outros, para equipar e ordenar o exército. Há, no entanto, outras formas de potencializar estes recursos.

Tratando ainda da Alemanha, Bakunin (2003a, p. 32) aponta o papel fundamental da liderança de Bismarck, “homem de Estado inteligente”, que conseguiu estabelecer as bases de seu Estado “numa organização econômica e numa administração interna a mais perfeita possível” e, desta forma, ressalta o papel do governo e da administração eficazes do Estado que, agindo com uma firme unidade, teriam potencializado sua ação.

Sobre o exército alemão, ele argumenta:

O exército alemão, por seus efetivos, seu armamento, sua disciplina, sua organização, pelo espírito de obediência e pela ciência militar de seus oficiais, mas também de seus suboficiais e soldados, sem falar da inegável superioridade de seus estados-maiores, suplanta, hoje, todos os exércitos existentes na Europa. (Bakunin, 2003a, p. 133)

Critérios militares como o número de efetivos, quantidade e nível de equipamentos, grau de disciplina e organização, qualidade dos comandantes e nível de compromisso com o Estado constituem, deste modo, mecanismos de aumento de força do Estado.

Finalmente, Bakunin aponta os mecanismos que envolvem a população de um determinado Estado.

Para ele, quanto maior for esta população, quanto mais esta população apoiar o Estado e quanto mais o Estado puder conservar sua gestão nas mãos de uma minoria, dando a impressão de que ela representa a maioria, maior será a força do Estado. Parece evidente que a extensão de uma população determinada relaciona-se

diretamente à força do Estado que a administra; mais pessoas significa, principalmente, mais recursos financeiros e maior possibilidade de crescimento do exército com pessoas que, ao menos em teoria, são mais fiéis ao Estado do que os mercenários.

Bakunin aponta que, quanto mais essa população apoiar o Estado, mais forte ele será; dessa maneira, estimular o patriotismo e a submissão de corpos e mentes dos governados e a dominação dos governantes tornam-se tarefas fundamentais. Bakunin (2003a, pp. 133-134) considera que outra virtude do Estado alemão é que ele teria conseguido conciliar, por um lado, uma massa de cidadãos “dóceis, respeitadores das autoridades e das leis” com um “instinto servil de sujeição a qualquer preço, e de serena e dócil submissão à força triunfante, sob pretexto de obediência às autoridades ditas legítimas” e, por outro, “um instinto senhorial, que leva a subjugar, de forma sistemática, tudo o que é mais fraco, a comandar, a conquistar e a oprimir de modo não menos sistemático”. E continua: “Caminhando sempre juntos, completando-se e explicando-se um pelo outro, estes dois elementos de um mesmo instinto encontram-se na origem da sociedade alemã”.

Enfim, Bakunin (2003a, pp. 213) considera que o Estado caracteriza-se pelo “governo da imensa maioria das massas populares” levado a cabo “por uma minoria privilegiada”, ideia que aprofundarei adiante. Por ora, basta afirmar que, para o autor, garantir que a gestão do Estado continue sendo realizada por uma minoria constitui, também, uma ferramenta, se não de aumento, pelo menos de manutenção de força; além disso, quanto mais se considerar que esta minoria representa os interesses gerais, maior será a força do Estado.

Mesmo que Bakunin (1988, p. 7) não faça tábula rasa das formas de governo, realizando uma distinção entre monarquia e república e dizendo preferir a segunda à primeira, ele afirma estar persuadido de que um Estado é sempre um Estado: “uma grande república militar, burocrática e politicamente centralizada, pode se tornar, e necessariamente se tornará, uma potência conquistadora no exterior, opressiva no interior”.

Ao criticar as teorias contratualistas, especialmente as de Hobbes e Rousseau, o autor demonstra a importância de se dar aos governados a ilusão de eles estarem representados nos governos de minoria, sejam eles monárquicos ou republicanos.

E a democracia representativa não põe em xeque os princípios do estatismo, nem mesmo os incompatibiliza com o capitalismo:

A indústria capitalista e a especulação bancária acomodam-se muito bem com a democracia dita representativa, pois esta estrutura moderna do Estado, fundada na pseudossoberania da pseudovontade do povo, pretensamente expressa por falsos representantes do povo em pseudoassembleias populares, reúne as duas condições prévias que lhes são necessárias para atingir seus fins, isto é, a centralização estatal e a sujeição efetiva do povo soberano à minoria intelectual que o governa, quer dizer, que o representa e o explora de forma inevitável. (Bakunin, 2003a, pp. 35-36)

Este regime, conforme a compreensão bakuniniana, contribui significativamente com o aumento de força do Estado, pois amplia nos governados a sensação de que são devidamente representados.

Assim, quando Bakunin sustenta a necessidade de o Estado aumentar permanentemente sua força para garantir a dominação de classe, ele demonstra que há distintas maneiras de isso ser feito. É importante apontar que, quando ele fala de aumento de força, não se trata exclusivamente de força bruta, coerção física, militarismo; força, para o autor, implica recursos que estão para além disso: naturais, financeiros, organizativos, humanos etc. Ou seja, trata-se de um processo que, inclusive, extrapola a esfera política e abarca elementos econômicos e culturais. Por isso, a noção de força aqui abordada possui sentido de “força social”, a qual pode ser conseguida de diferentes maneiras, que incluem a coerção e as armas, mas que não se resumem a elas.

Entretanto, o papel deste aspecto coercitivo não deve ser diminuído. Bakunin (2003a, p. 47, 58-59) enfatiza que “o Estado é precisamente sinônimo de coerção, domínio pela força, camuflada, se possível, e, se necessário, brutal e nua”. O monopólio da violência constitui, assim, aspecto determinante na manutenção do *statu quo*, ainda que dissimulado: “o Estado, seja ele qual for, mesmo assumindo as formas mais liberais e mais democráticas, está necessariamente fundado na supremacia, no domínio, na violência, isto é, no despotismo, camuflado se se preferir, mas, neste caso, ainda mais perigoso”.

A coerção física – seja ela realmente levada a cabo com a utilização da violência, ou potencialmente utilizada em forma de ameaça – constitui certamente um dos mais importantes meios de ação do Estado. Conforme apontado, para além dessa força *stricto sensu*, o Estado investe em meios que envolvem a diplomacia e, o que é muito relevante, a legitimidade.

O Estado é a força, e tem, antes de mais nada, o direito da força, o argumento triunfante do fuzil. Mas o homem é tão singularmente feito que este argumento, por mais eloquente que pareça ser, não é mais suficiente com o passar do tempo. Para impor-lhe respeito, é-lhe absolutamente necessária uma sanção moral qualquer. É preciso, além do mais, que esta sanção seja simultaneamente tão simples e tão evidente que possa convencer as massas que, após terem sido reduzidas pela força do Estado, devem ser conduzidas ao reconhecimento moral de seu direito. (Bakunin, 2000b, pp. 88-89)

Tal sanção pode ser garantida pelo próprio Estado, que conforma uma moral particular, que Bakunin (2008b, p. 28) elucida da seguinte maneira: “Tudo o que serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado”.

O Estado tem um papel fundamental na produção e na reprodução de proposições discursivas que possuem efeitos morais e que evitam a utilização permanente da violência e, assim, o desgaste do próprio Estado.

A violência não possui eficácia se for permanentemente utilizada. Por isso, é necessário convencer as massas de que a situação de dominação por elas vivenciada é normal, justa, correta; eis a eficaz legitimidade promovida pelo Estado. Essa moral, que ganha traços ideológicos, constitui, de acordo com o que sustenta o autor, uma força material.

Com a progressiva racionalização da sociedade, o Estado promove outras ferramentas de legitimação, dentre as quais se encontram a democracia representativa e o Direito. Este último, conforme aponta Berthier (2011b,

pp. 69-73), constitui, no pensamento bakuniniano, assim como o próprio Estado, o resultado de um conflito de forças de base classista e um ferramental de legitimação central para as classes dominantes. Ainda assim, esta legitimação do Estado também possui respaldo em processos que estão para além da política.

### A BUSCA DO AUMENTO DE FORÇA IMPLICA DOMINAÇÃO EM TODAS AS ESFERAS

Creio ser possível compreender mais adequadamente, neste momento, por que Bakunin relaciona diretamente Estado e dominação. Relaciono, em seguida, este processo de busca de aumento de força do Estado e distintos tipos de dominação, os quais serão brevemente discutidos e conceituados com auxílio de outros autores.

Conforme colocado, na busca pela ampliação de seu território e de seus recursos, diferentes Estados promovem a conquista que “não é somente a origem, é também o objetivo supremo de todos os Estados, grandes ou pequenos, poderosos ou fracos, despóticos ou liberais, monárquicos ou aristocráticos, democráticos e até mesmo socialistas”. (Bakunin, 2008b, p. 27) Essa vocação imperialista do Estado moderno não somente está por trás das guerras, mas também da dominação imperial/colonial, levada a cabo efetivamente por um conjunto restrito de Estados em detrimento de outros, envolvendo privilégios econômicos, políticos e culturais. Este tipo de dominação nacional, que poderia ser mais genericamente chamado de imperialismo, o qual é exercido pelos Estados conquistadores, pode ser conceituado como a “dominação externa da classe dominante de um país sobre todas as

classes de um outro país”. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 314)

O Estado moderno fundamenta-se, por sua vocação escravista, mesmo que não somente nela, na supremacia e no domínio da violência, seja por meio da ameaça de sua utilização ou por sua utilização de fato. Tal relação entre Estado e violência constitui as bases da coação física, “o mais antigo [tipo de dominação] da história [que] está presente, como ‘última ratio’, em praticamente todos os sistemas de dominação”, manifestando-se nos “aparatos policiais, repressivos” e nas “organizações militares modernas”. (Errandonea, 1989, p. 95)

O Estado também busca garantir que sua gestão continue concentrada em uma minoria. Bakunin (2003a, pp. 213) caracteriza o Estado como “o governo da imensa maioria das massas populares [que] se faz por uma minoria privilegiada”. Esta cisão da sociedade entre uma minoria privilegiada que governa e uma maioria que é governada constitui um traço marcante do Estado moderno e parte relevante de sua vocação escravista. Para o autor, não há somente separação, mas contradição entre o conjunto restrito de pessoas que gerem o Estado e tomam as decisões políticas e um amplo conjunto de pessoas que estão alienadas em relação a elas e que obedecem às decisões que lhes dizem respeito, mas que são tomadas por outros.

Tal noção do Estado como um agrupamento de minorias privilegiadas que possuem o monopólio do poder político encontra-se na própria raiz da definição bakuniniana de Estado. Isso, para Bakunin (2003a, p. 79), tem uma consequência: quanto “mais o jugo que se mantém sobre elas [as massas populares] é esmagador, mais o povo fica na impossibilidade de exercer um controle sobre ele, mais a administração do país afasta-se da gestão do pró-

prio povo”. Quanto mais o Estado fortalece-se e monopoliza o processo de decisões, mais se enfraquecem os governados, tendo em vista a impossibilidade de um autogoverno deles sobre si mesmos.<sup>10</sup>

Pode-se dizer que essa cisão minoria governante / maioria governada implica uma dominação político-burocrática: “uma das [dominações] mais duradoras historicamente e que possui maior relevância nos regimes atuais” caracterizando-se pela capacidade de um grupo restrito “tomar as decisões que afetam a sociedade global em geral” sem seu envolvimento. (Errandonea, 1989, p. 95)

Dessa maneira, tomando em conta somente a esfera política, é possível afirmar que a existência e o funcionamento do Estado moderno implicam pelo menos três tipos de dominação: imperialismo, coação física e dominação político-burocrática. Entretanto, as dominações relacionadas ao Estado não se restringem à esfera política; envolvem, também, a esfera econômica e cultural, principalmente em razão da exploração do trabalho e da alienação cultural, que serão discutidas a seguir.

Conforme argumentado, para Bakunin, a função do Estado é garantir a dominação de classe. A exploração do trabalho, por ele assegurada jurídica e militarmente, está entre os mais relevantes privilégios das classes dominantes que precisam do Estado para serem mantidos. Por isso, um dos objetivos do Estado moderno é

a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho em proveito do capital concentrado em pouquíssimas mãos. [...] A indústria capitalista e a especulação bancária modernas necessitam, para se desenvolverem em toda a amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais, que, sozinhas, são ca-

pazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletários da massa popular. (Bakunin, 2003a, p. 35)

É deste modo que o autor sustenta uma dialética Estado-exploração, ou, mais especificamente, Estado-capitalismo, em que um necessita do outro para desenvolver-se plenamente. O Estado constitui a única instituição capaz de submeter as massas à exploração econômica, garantindo a propriedade dos meios de produção em geral e da extração de mais-valia do trabalho em particular.

Bakunin (2007, p. 4) afirma que a propriedade e o capital “significam o poder e o direito, garantidos pelo Estado, de viver sem ter de trabalhar”. Visto que “nem a propriedade, nem o capital produzem qualquer coisa se não forem fertilizados pelo trabalho, isso significa o poder e o direito de viver à custa da exploração do trabalho alheio”, ou seja, “o direito de explorar o trabalho daqueles que não possuem propriedade ou capital e que, portanto, são forçados a vender sua força produtiva aos afortunados detentores de ambos”.

A exploração do trabalho é um processo econômico; este conceito “parte da noção que um indivíduo ou uma classe de indivíduos se vê obrigado a trabalhar mais que o necessário para satisfazer suas necessidades básicas; a razão disso é que o sobreproduto aparece de um lado e o não trabalho e a riqueza suplementar aparecem de outro”. (Errandonea, 1989, p. 29)

Nota-se, nesta relação entre Estado e exploração, a influência apontada por Bakunin na dinâmica social do político em relação ao econômico, fortalecendo uma dominação de caráter sistêmico. Pode-se dizer, ainda, que os processos de conquista, e as dominações coloniais e

imperiais, contribuem com a exploração econômica, fundamentalmente por meio da expropriação do trabalho dos trabalhadores de países dominados.

Bakunin considera, ainda, que o Estado moderno também envolve outro tipo de dominação: a “alienação cultural” (Errandonea, 1989), que implica um distanciamento do conhecimento da realidade, das forças e interesses que a compõem.

Viu-se que um dos meios de legitimação do Estado moderno é o desenvolvimento de uma “moral do Estado”. Baseada em crenças, valores e apoiada numa suposta “razão de Estado”, esta moral visa justificar e, assim, fortalecer a dominação do Estado, e tudo o que ela implica:

Não há horror, crueldade, sacrilégio, perjúrio, impostura, transação infame, roubo cínico, pilhagem impudente e imunda traição que não tenha sido ou que não seja cotidianamente realizado pelos representantes dos Estados, sem outra desculpa além desta expressão elástica, simultaneamente tão cômoda e tão terrível: *razão de Estado!* (Bakunin, 1988, p. 98)

Esta moral do Estado, promovida muitas vezes por meio do patriotismo, esconde das massas a dura realidade de verdadeiros crimes contra a humanidade, protagonizados para a proteção das classes dominantes. Por isso, Bakunin (2008b, p. 28) afirma que a “moral política foi sempre não só estranha, mas absolutamente contrária à moral humana” e, justamente por isso, conclui: “o Estado é a negação da humanidade”.

Contraposta à moral humana, a moral do Estado é difundida principalmente por dois meios: a religião e a

escola. “Durante toda a existência dos Estados” houve sempre “um complemento necessário”, propagado pela Igreja com a religião, para “legitimar e santificar suas conquistas e justificar os atos iníquos, brutais e violentos e as mais monstruosas crueldades”: a religião. (Bakunin, 2009a, p. 19) Quanto mais a atenção humana estiver voltada aos céus, continua, mais a Terra estará condenada à manutenção de seu *statu quo* e, portanto, das relações de dominação.

As escolas também contribuem com esse processo, ao estimular nos alunos, desde a mais tenra idade, crenças e valores conformes à essa moral de Estado. Quanto maior for a ignorância e a alienação das massas, mais simples será governá-las, conseguir seu apoio e limitar sua influência nos processos políticos; o Estado promove a “ciência de enganar e dividir as massas populares, de mantê-las sempre numa saudável ignorância para que nunca possam, ajudando-se e unindo seus esforços, criar um poder capaz de derrubá-los”. (Bakunin, 2003b, p. 66) A escola, por estranho que possa parecer para alguns, contribui com este processo.

Enfim, o Estado é um instrumento político que se relaciona, em todas as esferas, à dominação; e mais: estas dominações articulam-se:

A riqueza e o poder, a exploração econômica e a opressão política das massas são os dois termos inseparáveis do reino do idealismo divino sobre a terra: a riqueza consolidando e aumentando o poder, o poder descobrindo e criando sempre novas fontes de riqueza, e ambos assegurando, melhor do que o martírio e a fé dos apóstolos, melhor do que a graça divina, o sucesso da propaganda cristã. (Bakunin, 2000b, p. 51)

Vê-se que o Estado funciona como um agente particularmente relevante no estabelecimento da dominação em todos os níveis, num processo de interdependência e reforçamento mútuo dos diferentes tipos de dominação.

Portanto, o *modus operandi* do Estado, em sua busca do aumento de força para garantir a dominação de classe, implica a dominação em todas as esferas. Algumas delas protagonizadas pelo próprio Estado – como o imperialismo, a coação física e a dominação político-burocrática – e outras delas sendo por ele garantidas, como a exploração do trabalho, ou mesmo por ele estimuladas, como a alienação cultural. Não há como não compreender a afirmação anterior de que “quem diz Estado, diz necessariamente dominação”.<sup>11</sup>

### O CARÁTER DA DOMINAÇÃO DO ESTADO É DE CLASSE E A BUROCRACIA É UMA CLASSE DOMINANTE

Ao buscar compreender o caráter da dominação de Estado, Bakunin (2003a, p. 35) já havia notado, num contexto de dominação econômica burguesa, que o Estado constitui uma organização voltada para a dominação de classe e para a manutenção da exploração, em especial por parte da burguesia: o Estado moderno, colocou ele, viabiliza “a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho em proveito do capital concentrado em pouquíssimas mãos”. Constatou o autor que, em distintas ocasiões, a dominação econômica da burguesia termina utilizando o Estado para reforçar-se e que, neste sentido, o Estado constitui um instrumento político burguês.<sup>12</sup>

Ainda assim, Bakunin (2008a, pp. 94, 105) notou que a Alemanha continuava a apresentar, em 1871, “o estranho quadro de um país onde os interesses da burguesia predominam, mas onde a força política não pertence à burguesia”. Tratava-se de uma situação semelhante à da França, no contexto do golpe de Luís Napoleão em 1851; naquela situação, “o temor [da burguesia] pela revolução social, o horror pela igualdade, o sentimento de seus crimes e o temor pela justiça popular, jogaram toda essa classe decaída [...] nos braços da ditadura de Napoleão III”. Mesmo não estando no controle do Estado, a maior parte dos burgueses envolveu-se “exclusiva, seriamente, ao grande negócio da burguesia, à exploração do povo”, em cuja tarefa “foram eficazmente protegidos e encorajados”.

A manutenção do *statu quo* levada a cabo pelo Estado terminou, naquela circunstância, por favorecer a burguesia que, mesmo não estando diretamente em seu comando, pôde, com a estabilidade, desenrolar amplamente seus negócios e prosperar mais no campo econômico. Ainda que prejudicando alguns burgueses individualmente, esse procedimento favoreceu a burguesia como classe de maneira geral. (Cf. Newman, 2012)<sup>13</sup>

A análise destas situações, em especial tais exemplos da França e da Alemanha, reforçam a tese bakuniniana de que não há um determinismo automático e mecânico da esfera econômica em relação à política.

Entretanto, estas reflexões acerca do Estado e das classes sociais – em especial essa ideia do “Estado burguês”, sustentada nas hipóteses anteriormente levantadas – constituem tão somente um ponto de partida da teoria do Estado bakuniniana.

Demonstrou-se que o Estado possui uma natureza dominadora; no entanto, o caráter dessa dominação é de classe, mas não exclusivamente da burguesia. Para Bakunin (2000f), “o Estado foi sempre o patrimônio de uma classe privilegiada qualquer: classe sacerdotal, classe nobiliária, classe burguesa; classe burocrática ao final.” Esta afirmação, ao mesmo tempo sucinta e complexa, exige uma avaliação mais pormenorizada.

Desde um ponto de vista histórico, a primeira consideração relevante nesta afirmação é que o Estado, mesmo que tenha sempre funcionado como instrumento de dominação de classe, nem sempre foi um Estado burguês; este constitui somente uma das formas históricas do Estado.

Para Bakunin, como discutido, o Estado moderno constitui-se no século XVI, e a burguesia, desde o início de sua ascensão no século XIV até a Revolução Francesa, no século XVIII, foi oprimida pelo Estado. Foi somente a partir de então que ela passou a utilizá-lo, mais constantemente, em seu próprio favor. Mesmo depois da Revolução Francesa, como demonstram os casos mencionados da França e da Alemanha, a relação entre Estado e burguesia não pode ser direta e permanentemente sustentada.

A segunda consideração é que a nobreza e o clero, mesmo que no processo de surgimento do Estado no século XVI tenham passado à posição de submissão privilegiada, continuaram usufruindo, nos séculos posteriores – mais ou menos, conforme o momento – do instrumento do Estado para a dominação e continuaram a existir – também dependendo do contexto – como classes dominantes.

Nesta perspectiva histórica, portanto, o Estado, desde o século XVI até o século XIX, foi gerido por pessoas

vinculadas originalmente ao clero, à nobreza, à burguesia, não sem intensos conflitos.

Compreender o trecho “classe burocrática ao final” implica entender devidamente a teoria bakuniniana das classes sociais. Em Bakunin, a dominação política do Estado é uma dominação de classe, não somente pela relação direta com as classes dominantes em geral, mas porque ele mesmo tem a capacidade estrutural de produzir outra classe dominante: a burocracia. (Cf. Leval, 2001) Para o autor, os critérios políticos são incorporados à própria definição das classes sociais e em sua maneira de realizar a estratificação social.

As classes sociais, aspectos fundamentais da sociedade capitalista, constituem-se a partir da produção e da reprodução do social.

Na sociedade humana [...] a diferença das classes é, todavia, muito marcada, e todo o mundo saberá distinguir a aristocracia nobiliária da aristocracia financeira, a alta burguesia da pequena burguesia, e esta última dos proletários das fábricas e das cidades; assim também, o grande proprietário da terra, do rendeiro e do camponês proprietário que cultiva sua terra; o fazendeiro, do simples proletário do campo. (Bakunin, 1988, pp. 15-16)

Neste trecho, distinguem-se, mais ou menos claramente, algumas classes sociais concretas: nobreza, latifundiários, burguesia, proletariado (da cidade e do campo) e campesinato. Bakunin (2000f; 2003a, pp. 79, 30) aponta, ainda, a existência de outras classes sociais concretas: “classe sacerdotal”, “classe burocrática” e “proletariado esfarrapado”. Deste modo, além das classes anteriormente elencadas, há pelo menos outras três:

clero, burocracia e marginalizados em geral, ou “lumpemproletariado”, em acordo com a terminologia marxiana.

Ao discutir os critérios para a definição das classes sociais, Bakunin (2000g) aponta como fundamento principal as noções de dominação e privilégio. Graças à relevância da esfera econômica na dinâmica social, as dominações e os privilégios econômicos constituem critérios fundamentais nesta conceituação: “a propriedade exclusiva da terra”, privilégio da nobreza de seu tempo, e “o monopólio dos capitais e das empresas tanto industriais como comerciais”, privilégio da burguesia de sua época, constituem as bases das dominações econômicas tanto dos proprietários dos meios de produção e distribuição em relação aos trabalhadores assalariados da cidade e do campo, quanto dos proprietários de terras em relação aos camponeses rendeiros ou mesmo pequenos proprietários; a diferença entre ricos e pobres, fundamentada na propriedade do capital, também implica outro privilégio econômico importante e contribui com a dominação de classe. A propriedade dos meios de produção, incluindo a terra, de distribuição e do capital implica, segundo o autor, “a exploração do trabalho sujeitado, ou forçado pela fome, das massas populares” e aumenta, assim, a desigualdade social, fazendo com que os ricos fiquem mais ricos e os pobres mais pobres.

Entretanto, os critérios econômicos não são os únicos nesta conceituação. A burocracia, continua Bakunin (2000g), constitui uma “classe de homens [...] privilegiados” que possui “solidariedade com os interesses do Estado” e, por isso mesmo, devota-se “de corpo e alma à sua prosperidade e sua existência”, por razão do controle de sua administração que possui e de tudo o que isso implica. Ele aponta ainda “o desenvolvimento artificial

e forçado da estupidez das massas populares”, privilégio do clero de seu tempo, em função da capacidade que possuía de promover uma determinada compreensão do mundo. Para Bakunin (2003b, p. 59), outro critério capaz de fortalecer essa visão da realidade é a “diferença de instrução e de educação”, que pode auxiliar a dominação de classe, em que “uma massa de escravos” é subjugada por “um pequeno número de dominadores”. Assim, o autor aponta, além dos critérios econômicos, outros, que são relevantes para sua definição de classes sociais: a propriedade dos meios de administração, de controle e de coerção, assim como a propriedade dos meios de produção do conhecimento.

Em suma, pode-se dizer que as classes sociais são definidas a partir da categoria dominação e forjam-se numa relação triádica, abarcando economia, política e cultura; proporcionam, deste modo, uma estratificação social que evidencia distintos privilégios.

Na esfera econômica, a propriedade dos meios de produção, incluindo a terra, de distribuição e do capital; na esfera política, a propriedade dos meios de administração, de controle e de coerção; na esfera cultural, a propriedade dos meios de produção do conhecimento. Em linhas gerais, os privilégios econômicos implicam exploração do trabalho, os privilégios políticos implicam dominação político-burocrática e coação física e os privilégios culturais implicam alienação cultural.

Tomando em conta o século XIX analisado por Bakunin, as classes dominantes – ou “classes privilegiadas” / “classes superiores”, como em geral ele as chama – incluíam: a nobreza/latifundiários (proprietários das terras), a burguesia (proprietária dos meios de produção e do capital), burocracia (proprietária dos meios de administração, coerção e controle) e clero (proprietário dos

meios de produção do conhecimento). As classes dominadas abarcavam: proletariado da cidade e do campo (trabalhadores assalariados), campesinato (rendeiros ou pequenos proprietários) e marginalizados (desempregados, mendigos, miseráveis, analfabetos, ladrões etc.). Obviamente há frações de classes e “zonas cinza” que se colocam entre essas grandes categorias.

A luta de classes manifesta-se nas relações sociais particulares entre diferentes agentes em função de sua posição na estrutura social: trabalhadores e patrões, camponeses e latifundiários etc. No entanto, sua manifestação de maior envergadura envolve as relações sociais gerais, conformadas por dois amplos conjuntos de dominadores e dominados, que extrapolam a estrutura social e envolvem também os interesses e a posição assumida no conflito.

Partindo de um universo histórico-conjuntural concreto particular, da Europa do século XIX, Bakunin estabelece um modelo teórico e, portanto, mais abstrato e geral, que propõe reduzir o conjunto de classes sociais concretas de seu tempo a dois amplos conjuntos:

Todas estas diferentes existências políticas e sociais deixam-se hoje reduzir a duas categorias principais, diametralmente opostas uma à outra, e inimigas naturais uma da outra: as *classes políticas*, compostas por todos os privilegiados, tanto da terra quanto do capital, ou mesmo somente da educação burguesa, e as *classes operárias* deserdadas tanto do capital quanto da terra, e privadas de qualquer educação e de qualquer instrução. (Bakunin, 1988, p. 16)

Ainda que esta citação não inclua todos os critérios utilizados pelo autor em sua definição das classes, ela mostra que as classes sociais concretas de um deter-

minado contexto podem ser reduzidas a dois conjuntos, que estão permanentemente em conflito. Eles são aqui chamados de “classes políticas” e “classes operárias”, mas poderiam ser nomeados, mais adequadamente, de classes dominantes e classes dominadas, classes opressoras e classes oprimidas, classes superiores e classes inferiores, classes privilegiadas e classes despossuídas.

A base desta redução não é a centralidade destas categorias num momento histórico determinado e nem sua perspectiva de evolução futura, mas os interesses de classe e o papel desempenhado por essas classes no processo de luta de classes mais geral. Tal conflito permanente fundamentado na posição estrutural dos agentes, mas potencializado por sua consciência e suas ações, constitui o conceito bakuniniano de luta de classes.

A luta de classes caracteriza-se, desta maneira mais geral, pela contradição desses dois conjuntos motivada por determinados interesses que, se possuem na posição estrutural dos agentes sua maior influência de determinação, não derivam mecanicamente deles e podem ser influenciados por outros fatores, fortalecendo ou arrefecendo o processo de lutas.

Aprofundarei, em seguida, a noção de burocracia como classe social, conceituando-a, explicando como ela surge, estrutura-se e relaciona-se com outras classes.

A burocracia é uma classe social de base política composta por uma minoria privilegiada que possui a propriedade dos meios de administração, de controle e de coerção do Estado. Trata-se, conforme aponta Bakunin (2000b, p. 36), de “um corpo de políticos, privilegiados de fato, não de direito, que, dedicando-se exclusivamente à direção dos assuntos públicos de um país, acabam por formar um tipo de aristocracia ou de oligarquia política”. Seus privilégios – a propriedade do poder, o

monopólio das tomadas de decisão políticas – são sempre usufruídos por uma minoria, visto que as maiorias não cabem no Estado; eles são aspectos importantes da burocracia e constituem as bases da dominação por ela exercida.

Berthier complementa, tomando por base a análise de Bakunin da burocracia alemã:

A burocracia é em primeiro lugar uma emanção do Estado, sua base social, a camada que sustenta a ilusão da racionalidade e da necessidade do Estado. É ela que faz do Estado uma realidade, um poder efetivo que lhe dá um conteúdo. A burocracia encarna a ideia do Estado ao mesmo tempo que é seu aparelho. [...] A burocracia acaba por confundir-se com o Estado, com sua cascata de hierarquias constituindo o que Bakunin denomina “corpo sacerdotal do Estado”. (Berthier, 2011a, p. 72)

Conforme o Estado moderno surge e fortalece-se, conforma-se a burocracia, que, mesmo oriunda de distintas classes, dá sentido e conteúdo ao próprio Estado, e passa a defender os interesses do próprio Estado, estabelecendo seus próprios interesses como classe à parte, justificados a partir da necessidade de uma administração racional do político. A propriedade dos meios de administração, de controle e de coerção do Estado, além dos benefícios políticos relativos ao poder, implicam também vantagens econômicas para os membros da burocracia, que pode ser mais ou menos temporária, constituída por meio da hereditariedade, do recrutamento exclusivo entre determinadas camadas sociais ou eleita “democraticamente” entre a população.

Berthier (2011a, p. 72) complementa, ressaltando que “a burocracia pode tender a autonomizar-se em

relação ao Estado, do mesmo modo que o Estado tende a autonomizar-se em relação à sociedade”. Tal tendência à autonomização da burocracia forja-se sempre numa tensão permanente com a dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil em geral, e entre Estado e classes sociais em particular. Desde uma perspectiva estrutural, há uma tensão constante, mais latente ou manifesta, entre a classe de origem dos membros da burocracia e a própria classe burocrática. Seus interesses, ainda que não se originem mecanicamente de sua posição estrutural, certamente são por ela influenciados e, neste processo, a tensão entre classe de origem e burocracia mostra-se relevante. Independente deste conflito, a classe burocrática tende a desenvolver interesses próprios, mesmo que buscando conciliá-los com outros.

Na análise histórica que realiza do Estado, Bakunin (2008a) aponta que ele se estabelece como um instrumento de dominação de classe e como resultado do conflito de classes. Neste processo, forja-se um determinado *modus operandi* que implica a dominação generalizada e com o qual a burocracia está diretamente vinculada.

Quando as pessoas passam a administrar o Estado, “a inflexível lógica de sua condição e outras imperiosas razões ditadas por certas considerações de ordem hierárquica e de interesse político sobrepõem-se”, visto que “as exigências de uma certa situação são sempre mais fortes do que os sentimentos, as segundas intenções e as boas intenções”. Com o passar do tempo, a estrutura do Estado fortalece-se e passa a ter condições de dar continuidade às relações de dominação, visto que consegue, em grande medida, moldar os interesses de seus membros e conformá-los em uma classe social à parte. A estrutura do Estado foi criada para garantir a dominação de classe e assim permanece, independente da vontade dos mem-

bros da burocracia, independente de suas classes de origem. “Uma vez integrados nesta classe [classe burocrática]”, estes agentes “tornam-se, de uma forma ou de outra, inimigos do povo”. (Bakunin, 2003a, p. 77) Mesmo que não queiram, os agentes da burocracia estão condenados a promover a dominação, pois dão corpo a uma estrutura essencialmente dominadora.

A burocracia possui uma existência relativamente autônoma em relação às outras classes dominantes. Sendo a razão de ser do Estado a defesa dos interesses das classes dominantes, conforme aponta Angaut, a atuação da burocracia pode se dar de modos distintos, em sua relação com as outras classes dominantes:

No primeiro, o Estado defende os interesses de uma das três classes socialmente dominantes (nobreza fundiária, burguesia ou clero) excluindo aqueles do restante da sociedade: conforme o caso, o Estado tomará a forma de uma monarquia feudal, de um regime constitucional censitário ou de uma teocracia. No segundo caso, que parece o mais frequente, ou mesmo o mais determinante para a formação do Estado, as três classes dominantes encontram-se unidas contra as populações que exploram. Sem que seja possível saber se existe um vínculo com essa característica preponderante da união dos privilegiados contra os explorados, Bakunin afirma, então, que à tripla exploração social junta-se uma exploração própria do Estado, exploração que ele qualifica de política e que pode, em certos momentos, entrar em contradição com as três outras formas de exploração (feudal, capitalista e religiosa), a ponto de o Estado, bem acidentalmente, tomar a defesa dos explorados. Mas, novamente, é a união dos interesses dos dominantes que parece preponderar, de maneira que a classe específica

que fez surgir o fenômeno estatista não tarde a se unir às outras três para garantir a exploração social. (Angaut, 2005, pp. 436-437)

Buscando generalizar os casos históricos avaliados por Bakunin em seu tempo e estabelecendo uma padronização conceitual em relação ao que foi discutindo, é possível dizer que, para ele, a burocracia pode relacionar-se com as outras classes dominantes de duas maneiras. Uma, menos frequente, quando ela simplesmente defende os interesses de uma delas, como nos casos colocados e, também, no caso do Estado burguês. Outra, mais frequente, quando a burocracia soma-se a elas para estabelecer uma dominação concertada sobre as classes oprimidas de maneira geral e que possui base não somente econômica ou mesmo política, mas social, envolvendo todos os tipos de dominação anteriormente discutidos.

Outro aspecto relevante é que Bakunin (2009a, p. 63) reconhece que, em sua dinâmica, por vezes ocorre de o Estado defender os interesses dos despossuídos em relação aos privilegiados: há períodos em que “o governo torna-se ainda mais hostil às classes privilegiadas do que ao povo”. Seu “instinto de conservação” termina por obrigá-lo, em alguns casos, a contrariar a lógica da dominação de classe; ainda assim, “esses períodos não duram muito tempo, pois o governo, qualquer que seja, não pode viver sem as classes e estas sem o governo”.

Segundo a explicação de Angaut (2005, p. 437), isso ocorre em algumas circunstâncias, quando a burocracia, fazendo com que o Estado intermedeie os conflitos de classe, atenta contra interesses das outras classes dominantes em nome da garantia de longo prazo da continuidade da dominação de classe. Isso não se estabelece por um interesse do Estado em defender as classes domi-

nadas, mas pela necessidade de se garantir o funcionamento do sistema. Por este motivo, em situações determinadas o Estado atenta contra os interesses das classes dominantes, seja contra todas estas classes, uma delas ou alguns de seus membros em particular.

### O ESTADO E A BUROCRACIA TENDEM À CONSERVAÇÃO

O Estado tende a manter-se como instrumento político de dominação de classe e a burocracia tende a manter-se como classe dominante, especialmente se a dominação em nível sistêmico-estrutural perdurar.

Viu-se que o Estado constitui parte de uma dinâmica social mais ampla e relaciona-se dialeticamente com a economia e a cultura. Foi colocado, também, que Bakunin (2003a, p. 35) considera que o fortalecimento do capitalismo implica um fortalecimento correspondente do poder de Estado: “a indústria capitalista e a especulação bancária modernas necessitam, para se desenvolverem em toda a amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais”. Nesse movimento dialético entre a economia e a política, entre o capitalismo e o Estado, há um fortalecimento mútuo, em que uma das partes, ao mesmo tempo que reforça, é reforçada pela outra.

Bakunin (2003a, p. 134) identifica também um processo semelhante com a cultura: “um verdadeiro culto ao poder de Estado [...] que pouco a pouco engendrou uma doutrina e uma prática burocrática” torna-se fator legitimador relevante da existência do Estado. Como o Estado contribui com o desenvolvimento e a propagação destas ideias, pode-se dizer que, também, o Estado ter-

mina por reforçar e ser reforçado por estes aspectos de construção de uma hegemonia cultural estatista.<sup>14</sup>

Desse modo, as dominações sistêmicas e estruturais promovidas pelo sistema capitalista-estatista não somente se relacionam, mas se reforçam mutuamente. Tendo o Estado passado a funcionar como uma ferramenta para garantir a soberania nacional e a manutenção da ordem, ele tornou-se agente central na garantia da dominação de classe. Na medida em que essa dominação mantém-se, independente de quais forem as classes dominantes, o Estado tende a manter-se como agente que a garante.

Um organismo deste tipo, de acordo com Bakunin, não atenta mortalmente contra si mesmo e nem sofre atentados mortais por parte das classes dominantes. Mesmo que haja conflitos entre a burocracia e outras classes dominantes, nenhuma delas pode promover a abolição do Estado, sob pena do término de sua dominação de classe.

Para Bakunin (1998, p. 41), “a lei suprema do Estado é a própria conservação do Estado”. Ele tende a conservar-se em função dos interesses das classes dominantes em geral. A burocracia possui interesse direto na perpetuação do Estado e em sua condição de classe, com vistas à manutenção de seus privilégios. Em acordo com esta posição, Bakunin (2009a, pp. 62-63) enfatiza que o Estado garante, ao mesmo tempo, “a dominação sistemática e legal das classes sobre o povo por elas explorado”, e também visa à “proteção de seus privilégios particulares e da *oligarquia* que o compõe”. Segundo argumenta, “o primeiro objetivo concerne ao interesse geral das classes privilegiadas” e o segundo “não vai além da vaidade e dos privilégios pessoais dos governantes”. A conservação do Estado e da burocracia relaciona-se, portanto, diretamente com os interesses e privilégios das classes dominantes em geral e da burocracia em particular. Esta

última deve proteger-se como classe e renovar as condições para que possa manter sua dominação e, assim, seus próprios privilégios.

Quando fala dos interesses e da vaidade dos burocratas, o autor adentra outro tema essencial, que se poderia chamar, de acordo com a terminologia de Gaston Leval (1976, p. 221), “psicologia dominadora”. Berthier (2011a, p. 80) defende que “a originalidade da análise bakuniniana é que a burocracia é, simultaneamente, um fenômeno político, quanto toca o Estado, um fenômeno sociológico quando toca as organizações, e um *fenômeno psicológico* que, no indivíduo, está ligado à *vontade de poder*”. (Grifos adicionados)

O próprio estabelecimento da burocracia possui um efeito estrutural sobre a personalidade dos burocratas, fazendo com que seus sentimentos passem a funcionar em acordo com sua posição de privilegiados.

Quaisquer que sejam seus sentimentos e suas intenções democráticas, da altura em que se encontram instalados, não podem considerar a sociedade de outra forma senão como um tutor considera seu pupilo. Mas entre o tutor e o pupilo não pode existir igualdade. De um lado, há o sentimento da superioridade, inspirado necessariamente por uma posição superior; do outro, o de inferioridade, que resulta da superioridade do tutor, exercendo seja poder executivo, seja poder legislativo. (Bakunin, 1998, p. 30)

A burocracia estatal, desta maneira, incorpora aos poucos tais sentimentos de superioridade, que terminam por estimular outros, relacionados à ambição e à vaidade, e que contribuem para que os burocratas queiram manter suas posições, como classe que gere o Estado e como extrato que compõe a burocracia.

Os sentimentos originados pela posição superior na hierarquia social, em especial o orgulho de um *status* diferenciado, possuem efeitos psicológicos reais e aumentam as chances de que os burocratas apoiem a continuidade da estrutura sistêmica de dominação. Bakunin ainda aponta que, quanto maior a falta de oposição e controle, pior a corrupção psicológica dos burocratas.

Pode-se compreender, assim, esta dupla tendência à conservação. O Estado tende a conservar-se porque constitui parte de uma dinâmica social mais ampla, e, se por um lado reforça, por outro é reforçado pelo capitalismo e pela cultura dominante que são promovidos em nível sistêmico. As classes dominantes possuem interesse que ele continue a existir e, deste modo, a garantir que a dominação de classe tenha continuidade. Como a burocracia também é uma classe dominante e seus membros usufruem de privilégios, ela também tende a manter-se como classe, não somente para a manutenção destes privilégios, mas também por uma corrupção psicológica que faz com que seus membros gostem de sua posição e queiram nela permanecer.

### **A ABOLIÇÃO DO ESTADO É IMPRESCINDÍVEL PARA O ESTABELECIMENTO DO SOCIALISMO E A GARANTIA DA EMANCIPAÇÃO POPULAR**

A estratégia revolucionária bakuniniana possui amplo respaldo em sua teoria do Estado. Conforme argumentei, o Estado implica a dominação generalizada; esta dominação é de classe, a burocracia é uma classe dominante e o Estado e a burocracia tendem à conservação. Para Bakunin, independente daqueles que estejam no comando do Estado, esta lógica continua a reproduzir-se;

ou seja, continua a dominação de classe, a dominação política externa e interna, o reforço de outras dominações e a tendência à conservação.

Por isso mesmo, um processo que promova o socialismo e a emancipação deve contar, inevitavelmente, com a abolição do Estado.

Sobre a bandeira da revolução social, nossa bandeira, está gravado [...] em letras de fogo e sangue: destruição de todos os Estados, abolição da civilização burguesa, organização espontânea de baixo para cima, por meio de alianças livres, organização da plebe operária revoltada e de toda a Humanidade liberta e fundação de uma nova sociedade humana. (Bakunin, 2003a, p. 233)

A liberdade e a igualdade só podem ser plenamente atingidas por meio de uma revolução social que ponha fim à dominação em geral e à dominação de classe em particular; que implique, portanto, o fim do capitalismo, das classes sociais e *do Estado*.

É com base neste raciocínio que o autor critica duramente as estratégias estatistas, em especial as do campo socialista. Para ele, por meio da tomada do Estado é impossível chegar ao socialismo e à emancipação popular. Pode-se dizer sem exagero que, para Bakunin, ocupar o Estado para promover a emancipação social dos trabalhadores equivale a tornar-se patrão para tentar acabar com a exploração do trabalho.

Primeiramente, porque o Estado é, por definição, um organismo de minorias e, desta maneira, é impossível as classes oprimidas, de maneira geral, e mesmo o proletariado, como classe, tomarem o Estado. Para Bakunin (2003a, p. 212), as maiorias não cabem no Estado; falar

em “proletariado organizado como classe dominante” implicaria “que este, por inteiro”, esteja “na direção dos negócios públicos” e, assim, “não haverá governo, não haverá Estado”. Um organismo político de maiorias, que termine com a cisão entre minoria governante e maioria governada, qualquer que seja ele, já não constitui um Estado.

Em segundo lugar, por meio de uma posição bastante materialista, Bakunin (1998, p. 31) recorda: “nunca esqueçamos que as posições e as necessidades que elas impõem são sempre mais poderosas do que o ódio ou a má vontade dos indivíduos”. Para ele, se o Estado constituísse “um parlamento, exclusivamente composto de operários, esses operários, que hoje são firmes democratas socialistas, tornar-se-iam imediatamente aristocratas determinados, adoradores intrépidos ou tímidos do princípio de autoridade, opressores, exploradores”. Isso porque se tornariam classe burocrática e tenderiam a abandonar seus interesses de classe anteriores para concertar-se com outras classes dominantes no processo de dominação generalizada ao qual se relaciona à própria existência do Estado.<sup>15</sup>

Mesmo com o fim de outras classes, no caso de o Estado continuar a existir e de se nacionalizarem os meios de produção, o Estado criaria, por si mesmo, uma única classe dominante, a burocracia, que tenderia a manter a dominação na sociedade. Posição sustentada por Bakunin em seu debate com marxistas e lassalianos:

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de

operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e colocar-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado, não mais representarão o povo, mas a si mesmos e a suas pretensões a governá-lo. (Bakunin, 2003a, p. 213)

Há, enfim, elementos para compreender integralmente a afirmação anterior, de que “o Estado foi sempre o patrimônio de uma classe privilegiada qualquer: classe sacerdotal, classe nobiliária, classe burguesa; *classe burocrática ao final*.” Quando ele refere-se à “classe burocrática ao final”, contrapõe a possibilidade de uma possível tomada do Estado pelos socialistas, advertindo que, se isso ocorresse, um setor dos trabalhadores transformaria-se em classe burocrática e daria continuidade à dominação na sociedade, mesmo que modificando alguns de seus fundamentos.

Bakunin (2003a, p. 47) insiste que “o povo [...] não terá a vida mais fácil quando o porrete que o espancar se chamar popular”. Com a manutenção da existência do Estado e da burocracia, a dominação sobre as classes oprimidas continuaria a existir, mesmo que estes reivindicuem representar os trabalhadores. A dominação de trabalhadores do campo e da cidade, dos camponeses, dos pobres em geral, cerne do processo, seria perpetuada.

E ainda que se sustentasse, discursivamente, que este seria um processo temporário, de transição, a tendência à conservação do Estado e da burocracia, fortalecida pela continuidade da dominação, transformaria o provisório em definitivo e o Estado nunca teria fim. Tratar-se-ia do “governo despótico das massas populares por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou

pretensos doutos”. Sem a socialização generalizada, inclusive do conhecimento, e, portanto, “não tendo o povo a ciência, ele será de todo libertado das preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados. Bela libertação!” (Bakunin, 2003a, p. 213)

Isso implicaria a imposição de uma burocracia vermelha sobre os trabalhadores, a qual se constituiria como uma nova classe dominante. Entretanto, como bem aponta Berthier (2011a, p. 87), “o advento desta burocracia vermelha, observemo-lo, não era aos olhos de Bakunin uma ocorrência inevitável. [...] Essa quarta classe governamental só surgirá [...] na hipótese de a classe operária mostrar-se incapaz de assumir seu papel na revolução proletária”, ou seja, no caso de os trabalhadores não tomarem a frente do processo revolucionário.

Parece não ser um mero acaso que o processo decorrente da Revolução Russa de 1917 tenha caminhado no sentido da dominação burocrática definida por Bakunin. Do mesmo modo não parece ser o fato de que *todos os processos de revoluções comunistas* levados a cabo durante o século XX tenham tido o *mesmo destino*. Há, deste modo, elementos para afirmar que a história do século XX comprovou a acuidade e a precisão da teoria bakuniniana do Estado, em detrimento de outras, especialmente por sua capacidade preditiva. Este parece um bom argumento para refutar a tese de que Bakunin foi um homem de ação e não um teórico de substância e fôlego.<sup>16</sup>

Bakunin (2009b, pp. 22, 31) não precisou esperar a Comuna de Paris, em 1871, para apontar, cinco anos antes dela, a necessidade de “*abolição, dissolução e bancarrota social, política, judiciária, burocrática e financeira do Estado tutelar, transcendente, centralista, dublê e alter ego da Igreja*”, assim como reivindicar que “a base de

toda organização política de um país deve ser a *comuna absolutamente autônoma, representada sempre pela maioria do sufrágio de todos os habitantes – homens e mulheres em igualdade – maiores*”.

Em seguida à experiência *communarde*, Bakunin (2008c, p. 118) afirmou seu apoio à experiência revolucionária francesa, sublinhando: “Sou um partidário da Comuna de Paris [...] sobretudo porque ela foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado.”

Segundo a teoria bakuniniana da revolução, um processo de transformação social deveria extrapolar o modelo de revolução política, que vinha implicando a simples troca dos governantes do Estado e a continuidade da dominação, e avançar para uma revolução social, que modificasse não somente a estrutura econômica da sociedade – socializando a propriedade e acabando com a exploração do trabalho nas cidades e nos campos –, mas que também abolisse o Estado, a Igreja e as próprias classes sociais, favorecendo um protagonismo popular construtivo capaz de estabelecer um federalismo libertário em todas as esferas sociais.

É precisamente a esse sistema antigo da organização pela força que a revolução social deve pôr um termo ao devolver sua plena liberdade às massas, aos grupos, às comunas, às associações, aos próprios indivíduos, e, destruindo, de uma vez por todas, a causa histórica de todas as violências, a potência e a própria existência do Estado, que deve arrastar em sua queda todas as iniquidades do direito jurídico, com todas as mentiras dos cultos divinos, esse direito e esses cultos tendo sido sempre a consagração obrigatória tanto ideal quanto real de todas as violências representadas, garantidas e privilegiadas pelo Estado. (Bakunin, 2008c, p. 126)

A Comuna, segundo a compreendeu o autor, em especial pela influência dos internacionalistas ligados à Associação Internacional dos Trabalhadores, caminhava nesse sentido, até ser esmagada pelo Estado; tratava-se de uma revolução social que estava em processo de abolição plena do Estado e de sua substituição por organismos populares de base e federalistas. A Comuna não somente não modificou a teoria da revolução de Bakunin como a reforçou; pareceu-lhe um caminho correto no sentido de atingir a liberdade e a igualdade plenas.<sup>17</sup>

Seria, afinal de contas, a força popular, implicada no conflito social por meio dos organismos e movimentos criados pelos próprios trabalhadores, pelo próprio povo – proletários, camponeses e marginalizados – que teria condições de suprimir o Estado e constituir-se no organismo adequado para a reestruturação da nova sociedade. Isso exigia, ainda, que o movimento fosse constituído com base nas linhas federalistas da almejada futura sociedade e estimulado por uma organização política anarquista, num dualismo organizacional sem qualquer relação de dominação, privilégio ou hierarquia. (Cf. Corrêa, 2013a)

Chegar-se-ia, deste modo, não a um “Estado proletário”, mas a uma sociedade sem Estado, federalista, e que tem como base

o fim do patronato, de toda dominação, e a livre organização de sua [dos trabalhadores] vida social, segundo suas aspirações, não de cima para baixo, como no Estado, mas de baixo para cima, pelo próprio povo, fora dos governos e dos parlamentos de qualquer espécie; como a aliança das associações de trabalhadores agrícolas e industriais, das comunas, das regiões e das nações; e, enfim, num futuro mais distante, co-

mo a fraternidade universal cujo triunfo se afirmará sobre os escombros de todos os Estados. (Bakunin, 2003a, p. 57)

Tais seriam as linhas de um verdadeiro socialismo, em que estariam sob controle dos trabalhadores não somente a economia, mas também a política e, enfim, todos os aspectos importantes da sociedade.

## Notas:

<sup>1</sup> Esse livro, ainda que não aborde diretamente a teoria de Estado de Bakunin, contribui com a análise histórica que ele realiza da “revolução alemã” e das relações germano-eslavas, que se estendem da Idade Média ao Segundo Império Alemão, e que conduziram à unificação. Esta história, da conformação daquilo que Bakunin chamou de “Império cnuuto-germânico” (ou Império *cnute*germânico) possui elementos que podem contribuir com a reconstrução da teoria bakuniniana do Estado.

<sup>2</sup> Confirmando esta afirmação, relato a dificuldade obtida para ingresso em doutorado com um projeto de tese, nas Ciências Sociais, de um estudo comparativo entre a teoria do Estado de Marx e Bakunin. Fui reprovado em todas as universidades estaduais de São Paulo e tive de ouvir de uma das bancas que, apesar de aquele projeto ser o melhor inscrito naquele ano, como o tema não tinha espaço na universidade, reprovar-me-iam.

<sup>3</sup> Sabe-se da conhecida afirmação de Marx (2008a, pp. 47-48), que a totalidade das “relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade” e é “a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social”. É o “modo de produção da vida material que condiciona o processo da vida social, política e espiritual”. Entretanto, Engels (1965, p. 417), depois da morte de Marx, parece alinhar-se à posição de Bakunin, quando coloca: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, cons-

tituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.”

<sup>4</sup> Num estudo como *Estatismo e Anarquia* (Bakunin, 2003a), por exemplo, que possui pouco mais de 250 páginas, Bakunin recorre às classes sociais nominalmente mais de 30 vezes, sem considerar as incontáveis vezes que ele refere-se às classes sociais concretas de seu tempo (nobreza, burguesia, proletariado, campesinato etc.); elas constituem, sem dúvida, uma das categorias de análise mais relevantes do autor nesta e em outras obras.

<sup>5</sup> Apesar de este enunciado assemelhar-se, à primeira vista, ao bastante difundido conceito de Estado como “poder organizado de uma classe para opressão de uma outra”, enunciado por Karl Marx e Friedrich Engels (2010, p. 89) no *Manifesto Comunista*, ele possui diferenças fundamentais, que implicam não somente distinções teóricas centrais com o marxismo, mas também *rupturas estratégicas inconciliáveis*.

<sup>6</sup> Éric Vilain (2011, p. 117) coloca, ainda, que a teoria bakuniniana da burocracia que aspira ao poder, aprofundada durante sua crítica do comunismo de Estado, toma por base a dominação sacerdotal deste período: “sua [de Bakunin] teoria da classe sacerdotal da Idade Média”, afirma ele, identifica “uma classe dominante sem títulos individuais de propriedade” que possui “de modo oligárquico os meios de produção” e que governa “por um aparelho centralizado cuja estrutura é estritamente hierarquizada e que se reproduz por absorção das elites da sociedade”.

<sup>7</sup> Situação que é explicada por Fábio López (2001, p. 63) que, ao desenvolver uma teoria do poder baseada em clássicos libertários,

afirma que “quando existe um conflito onde duas forças disputam o controle de um único objeto, a guerra só cessará quando se estabelecer uma relação de poder”. Por isso, “quando existe conflito, mas não vemos guerra – ou seja, em tempos de ‘paz’ – se o agente não estabeleceu poder, seu opositor terá estabelecido”; assim, “sempre, o agente que empenhar maior força social em determinado conflito até aquele momento histórico, será o detentor do poder”. Assim, em relação aos conflitos entre Estados, quando não há guerra aberta para o controle de territórios, recursos e povos, existe efetivamente uma relação de dominação estabelecida que subjugou um Estado a outro, em razão da maior força social mobilizada por ele no conflito.

<sup>8</sup> Certamente, esta noção da contradição Estado-revolução possui influência de Proudhon (2001, p. 109; 2011b, p. 404), que sustenta, assim como o russo, que o Estado visa à manutenção da ordem e, assim, contrapõe-se diretamente à revolução social: “o objetivo do governo é, se se o recorda”, diz o francês, “não conduzir à unidade a divergência de interesses [...], mas de manter a ordem na sociedade apesar do conflito de interesses”. “Em questão da revolução”, continua, “qualquer iniciativa entra em conflito com o Estado, assim como o trabalho com o capital”.

<sup>9</sup> Conforme explica López (2001, pp. 68-69), “a estagnação da força social significa perda de poder. [...] Primeiro, o poder só está saudável quando se está expandindo. Estar estagnado significa que a resistência ao poder está aumentando. [...] Com o aumento da resistência, a oposição ao poder pode se encorajar a partir para ações desestabilizadoras. [...] Por isto as estratégias do poder são: a expansão da própria força computando mais aliados ou aumentando o condicionamento e disciplina interna da estrutura que garante seu poder social e as ações desarticuladoras contra a força da oposição.”

<sup>10</sup> Sem dúvida, esta posição continua os argumentos de Proudhon, desenvolvidos desde o início dos anos 1840 e que se encontram bem sistematizados em *Résistance: Louis Blanc et Pierre Leroux*, de 1849,

no qual ele sustenta uma noção de Estado como “constituição externa do poder social” e afirma: “Quem quer que diga Estado-senhora diz usurpação do poder público; quem quer que diga Estado-servidor diz delegação do poder público: sempre uma alienação desse poder, sempre um poder, sempre uma autoridade externa arbitrária e não uma autoridade imanente, inalienável e intransferível dos cidadãos. [...] É por essa razão que nos opomos ao Estado.” (Proudhon, 2011a, pp. 482, 491) Assim, o Estado é explicado nesta chave dialética da relação contraditória com a sociedade e da alienação política da força coletiva por meio do monopólio do poder e do governo dominador da minoria. Conforme aponta Jean Bancal (1984, pp. 156, 151), para Proudhon, “o Estado-monopólio é uma *constituição exterior* da potencia social, uma representação extrassocial da força pública que nega a personalidade e a autonomia real da sociedade”. Ele é também “a *centralização única e hierárquica dos poderes públicos*”. Um monopólio de poderes que nega a ‘centralização múltipla e democrática que existe sociologicamente numa sociedade pluralista capaz de se autoadministrar’. Criado pela sociedade, o Estado teria se voltado contra ela, em especial contra os trabalhadores; “fora e acima da sociedade’, o Estado acha-se ‘fatalmente submetido contra o proletariado’”. Ainda segundo Bancal (1984, p. 149), em Proudhon, a burocracia constitui uma “elite de funcionários” do Estado, os quais “se atribuem a propriedade do poder, alienam, usurpam a potência social, *as forças coletivas do povo*, e dispõem “da força coercitiva”. Numa chave distinta, porém com conclusões similares, o Marx da juventude, em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, endossa a noção hegeliana de separação-oposição entre sociedade civil e Estado. Segundo sustenta, ao passo que a sociedade civil representa os interesses particulares dos indivíduos, o Estado constitui um corpo burocrático separado, com interesses corporativos e não representa a sociedade como um todo e nem os interesses gerais, universais; o Estado constitui uma espécie de perversão burocrática. Marx (2005, p. 64) argumenta que “a burocracia está, de fato, baseada *nessa separação*” e “as *corporações* são o materialismo da burocracia. [...]

A burocracia é a corporação do Estado.” A burocracia, verdadeira proprietária do Estado, desenvolve interesses particulares e atua em favor deles; por isso, materializa a alienação da sociedade civil, sendo a defesa dos interesses universais apenas um recurso de autolegitimação que termina por ocultar a realidade. O Estado, em verdade, produto da sociedade civil, implica alienação política, a qual se conforma no momento em que o povo submete-se à sua criatura, passando a ser oprimido e perdendo seu estatuto fundante. Como se sabe, esta noção, a partir de *A Ideologia Alemã*, de 1845-1846, é substituída por outra, que considera o Estado como instrumento político das classes sociais economicamente dominantes; a questão da cisão sociedade-Estado e a teoria da burocracia são, assim, descartadas ou, ao menos, colocadas em um plano bastante secundário. Bakunin não realiza o mesmo movimento de Marx, mas integra, em sua teoria do Estado as noções do Estado como dominação de uma minoria privilegiada e do Estado de classe, dando continuidade, em alguma medida, às teorizações de Proudhon, mas, ainda assim, constituindo uma teoria do Estado bastante original.

<sup>11</sup> Desde 1840, Proudhon (1988, p. 69) estabelece esta indissolúvel relação entre Estado e dominação; “nosso Estado civil [...], Estado que foi de início despotismo, depois monarquia, depois aristocracia, hoje democracia, e tirania sempre.” Conforme aponta Pierre Ansart (1971, p. 127), em Proudhon, a ligação Estado-dominação considera que as relações sociais estabelecidas e mediadas pelo primeiro, implicam obrigatoriamente a segunda: “o Estado, seja autocrata ou democrático, é por essência uma relação de desigualdade e subordinação, já que concentra autoridade e exige a submissão dos cidadãos”. A dominação do Estado é constatada em função de seus elementos constitutivos, apresentados anteriormente: alienação política, monopólio do poder e governo privilegiado de minoria; o Estado, ao monopolizar o poder, não somente condena as massas à alienação política, mas, ao garantir a manutenção da ordem, também estabelece uma dominação da burocracia sobre as massas.

<sup>12</sup> A noção do Estado como um instrumento político burguês foi esposada por Marx e Engels (2007, pp. 75-76) em *A Ideologia Alemã*, de 1845-46, quando enfatizam que o “Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente”; para eles, o Estado, esta “forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns”, constitui o instrumento político por meio do qual uma classe economicamente dominante – naquele contexto, a burguesia – garante sua propriedade e seus interesses de classe. Posição que se mantém no *Manifesto Comunista*, de 1848 – quando os autores afirmam que “o poder político, em sentido próprio, é o poder organizado de uma classe para opressão de uma outra”; assim, o poder, em geral, é um poder de classe e o Estado moderno “é apenas uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa” – e mesmo nas posições de Marx de anos depois, como em *A Guerra Civil na França*, quando ele enfatiza que, em seu desenvolvimento histórico, “o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe”. (Marx e Engels, 2010, pp. 89, 59; Marx, 2008c, p. 400)

<sup>13</sup> Nota-se que quando formula sua teoria do Estado, Bakunin está plenamente ciente do fenômeno que depois ficaria conhecido, com base na análise de Marx, como “bonapartismo”, caracterizado por esse “descompasso” entre a classe economicamente dominante e a classe cujos representantes estariam no comando do Estado. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, Marx reconhece a chamada “autonomia relativa” do Estado em relação às classes economicamente dominantes, analisando, em bases históricas, o golpe de Luís Bonaparte, na França de 1851. Sob as ameaças de uma revolução proletária, a burguesia preferiu ceder o poder do Estado, apoiando Bonaparte, para preservar seu poder econômico-social, conforme coloca Marx (2008b, pp. 71-72): a burguesia, “a fim de preservar intacto o seu poder social, tem que enfraquecer seu poder político”.

Ou seja, em algumas circunstâncias, para garantir a paz e a continuidade da exploração das outras classes, a burguesia tem de abrir mão do poder político: “a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa”. “O burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacificamente da propriedade, da família, da religião e da ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política”.

<sup>14</sup> A própria utilização do termo “anarquia” nas obras de clássicos como Hobbes (2008, p. 159), Locke (2005, p. 560) e Rousseau (2010, pp. 56, 71) relaciona-se à ideia de antiestatismo e, em decorrência, fim da organização social ou da própria sociedade. A associação entre Estado e sociedade, que os transformou praticamente em sinônimos, não é mais que o fruto dessa construção cultural dominadora visando legitimar determinados interesses. Nesta chave, o fim do Estado implicaria o próprio fim da sociedade, e foi por isso que se associou, mais à frente, o anarquismo ao caos e à desorganização.

<sup>15</sup> De acordo com Ansart (1971, p. 132), Proudhon possui concepção semelhante: “Nem as boas intenções de um ou de outro governante, nem os retoques que desejam reforçar o edifício do governo podem modificar esta necessidade peculiar do Estado que faz dele uma força contrarrevolucionária”.

<sup>16</sup> Quando Bakunin (2003a, pp. 215-216) discute os possíveis desdobramentos de uma tomada de Estado pelos comunistas, ele coloca: “Depois de se ter apoderado do Estado, ele [o proletariado] deveria, segundo nossa opinião, destruí-lo de imediato, como eterna prisão das massas proletárias; ora, segundo a teoria do Sr. Marx, o povo, não só não deve destruir o Estado, mas deve, ao contrário, reforçá-lo, torná-lo ainda mais poderoso e, sob esta forma, colocá-lo à disposição de seus benfeitores, tutores e educadores, os chefes do Partido Comunista, numa palavra, à disposição do Sr. Marx e de seus amigos, que logo começarão a libertá-lo à sua maneira. Eles

controlarão as rédeas do governo, visto que o povo ignorante precisa de uma boa tutela; criarão um Banco do Estado único, que concentrará em suas mãos a totalidade do comércio, da indústria, da agricultura e até mesmo da produção científica, enquanto a massa do povo será dividida em dois exércitos: o exército industrial e o exército agrícola, sob o comando direto dos engenheiros do Estado, que formarão uma nova casta político-científica privilegiada.” Ainda que seja possível discutir se esta estratégia está ou não completamente presente em Marx, parece inegável que os rumos do desdobramento histórico da Revolução Russa – encabeçado por Lênin, Trotsky e outros, incluindo, mais à frente, Stálin – tenham tomado esta direção. Para uma discussão aprofundada deste tema, cf. Van der Walt, 2011.

<sup>17</sup> Discordo da noção, frequentemente sustentada, de que, com a Comuna e a redação de *A Guerra Civil na França*, Marx tenha adotado uma posição antiestatista que, em alguma medida, se aproxima daquela de Bakunin. Conforme demonstrei (Corrêa, 2013), este escrito de Marx não possui elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política. Não é possível transformar, automaticamente, a análise de Marx acerca daquilo que foi o fenômeno da Comuna de Paris, naquilo que deveria ser uma teoria da revolução ou uma estratégia política recomendada para o movimento internacional dos trabalhadores. Posições ulteriores de Marx, em especial no contexto da cisão da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1872, tendem a reforçar o argumento de que há certa continuidade entre as posições de Marx posteriores à Comuna e àquelas desenvolvidas no contexto de 1848, que sustentam um projeto estatista de transformação social.

**Bibliografia:**

ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et Histoire chez Michel Bakounine* (tese de doutorado), 2 vols. Université Nancy 2, 2005.

ANSART, Pierre. *Sociología de Proudhon*. Buenos Aires: Proyección, 1971.

ARVON, Henri. *Bakounine*. Lisboa: Estúdios Cor, 1971.

BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Vol.1. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. “Os Ursos de Berna e o Urso de São Petersburgo”. In: *Novos Tempos*, nº 2. São Paulo: Imaginário, 1998.

\_\_\_\_\_. *CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IIHS de Amsterdã, 2000a*.

\_\_\_\_\_. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000b.

\_\_\_\_\_. “Réponse d’un International à Mazzini (La Théologie Politique de Mazzini et l’Internationale)”. In: *Ouvres Complètes, IIHS de Amsterdã, 2000c*.

\_\_\_\_\_. “Aux Frères de l’Alliance en Espagne”, 1872. In: *Ouvres Complètes, IIHS de Amsterdã, 2000d*.

\_\_\_\_\_. “L’Empire Knouto-Germanique”. In: *Ouvres Complètes, IIHS de Amsterdã, 2000e*.

\_\_\_\_\_. “Aux Compagnons de l’Association Internationale des Travailleurs du Locle et de la Chaux-de-Fonds. Article 4.” In: *Ouvres Complètes, IIHS de Amsterdã, 2000f*.

\_\_\_\_\_. “La Russie: la question révolutionnaire dans les pays russes et en Pologne.” In: *Oeuvres Complètes*, IHS de Amsterdã, 2000g.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo: Luta Libertária, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Instrução Integral*. São Paulo: Imaginário, 2003b.

\_\_\_\_\_. *O Sistema Capitalista*. São Paulo: Faísca, 2007.

\_\_\_\_\_. “Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier.” In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008a.

\_\_\_\_\_. “O Princípio do Estado.” In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008b.

\_\_\_\_\_. “A Comuna de Paris e a Noção de Estado.” In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008c.

\_\_\_\_\_. “Essência da Religião”. In: *Essência da Religião / O Patriotismo*. São Paulo: Imaginário, 2009a.

\_\_\_\_\_. “Catecismo Revolucionário”. In: *Catecismo Revolucionário / Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009b.

\_\_\_\_\_. “Carta ao Jornal *La Liberté* de Bruxelas”. In: *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2011.

BERTHIER, René. *Bakounine Politique: révolution et contre-révolution en Europe Centrale*. Paris: Monde Libertaire, 1991.

\_\_\_\_\_. “Bakounine, L’État et l’Église”. In: *Réfractons*, nº 7, 2001.

\_\_\_\_\_. *Bakounine Avant Anarchiste: première partie 1836-1847. Du conservatisme à la révolution démocratique*, 2008a. Edição online no site da Fondation Besnard [http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Berthier\_R\_Bakounine\_Avant\_1.pdf]

\_\_\_\_\_. *Essai sur les Fondements Théoriques de l’Anarchisme*, 2008b. Edição online no site Monde Nouveau [http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/-\_Essai\_sur\_les\_fondements\_theoriques\_de\_1\_anar-chisme\_-2.pdf]

\_\_\_\_\_. “Elementos de uma Análise Bakuniniana da Burocracia”. In: BERTHIER, René; VILAIN, Éric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011a.

\_\_\_\_\_. “Estado, Direito e Legitimidade”. In: KROPOTKIN, Piotr *et alii*. *Justiça e Direito: uma abordagem libertária*. São Paulo: Imaginário, 2011b.

\_\_\_\_\_. “Théorie Politique et Méthode d’Analyse dans la Pensée de Bakounine: une interview réalisée par Felipe Corrêa”. In: *Monde Nouveau*, 2012.

BERTHIER, René; VILAIN, Éric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.

BONOMO, Alex. *Bakunin* (manuscrito inédito fornecido pelo autor). São Paulo, s/d.

CAPPELLETTI, Angel. *Bakunin y el Socialismo Libertario*. Cidade do México: Leega/Minerva, 1986.

CORRÊA, Felipe. “Introdução”. In: BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade: cartas de 1845 a 1875*. São Paulo: Hedra, 2010a.

\_\_\_\_\_. “A Bibliografia de Mikhail Bakunin”. In: *Anarkismo.net*, 2010b. [http://www.anarkismo.net/article/16810]

\_\_\_\_\_. “Bakunin Ontem e Hoje: entrevista à editora Hedra”. Hedra, 2010c. [<http://pt.scribd.com/doc/46485710/Bakunin-ontem-e-hoje-uma-conversa-com-Felipe-Correa-Ed-Hedra>]

\_\_\_\_\_. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: USP (dissertação de mestrado), 2012.

\_\_\_\_\_. “Questões Organizativas do Anarquismo”. In: *Revista Espaço Livre*, vol. 8, num. 15, 2013a.

\_\_\_\_\_. “Mikhail Bakunin e o Anarquismo”. In: CABRAL, Alexandre *et alii.* (orgs.) *Filosofia: um panorama histórico-temático*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2013b.

\_\_\_\_\_. “A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?”. Academia.edu, 2014. [[https://www.academia.edu/5942424/\\_A\\_Guerra\\_Civil\\_na\\_Franca\\_Marx\\_antiestatista](https://www.academia.edu/5942424/_A_Guerra_Civil_na_Franca_Marx_antiestatista)]

\_\_\_\_\_. “A Lógica do Estado em Bakunin”. In: FONSECA, João Gabriel; ATAIDES, Marcos (orgs.). *A Destruição do Leviatã: críticas anarquistas ao Estado*. São Paulo: Faísca, 2014.

\_\_\_\_\_. “Bakunin: crítica social e estratégia revolucionária”. Curso realizado em Belo Horizonte. In: Academia.edu, 2014. [[https://www.academia.edu/7388565/Bakunin\\_Critica\\_Social\\_e\\_Estrategia\\_Revolucionaria](https://www.academia.edu/7388565/Bakunin_Critica_Social_e_Estrategia_Revolucionaria)]

\_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Imaginário, no prelo.

\_\_\_\_\_. *Liberdade ou Morte: teoria e prática de Bakunin*. Manuscrito inédito, s/d.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo, Teoria e História”. In: Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silva-anarquismoteoriaehistoria/>]

DRAPER, Hal. *Karl Marx's Theory of Revolution: State and bureaucracy*. Nova York: Monthly Review, 1977.

\_\_\_\_\_. "The Death of the State in Marx and Engels". In: *Marxist Internet Archive*, 2007.

ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

ENGELS, Friedrich. "Letter to J. Bloch (21-22/09/1890)". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers 1965.

GUILLAUME, James. *L'Internationale: documents et souvenirs*, 2 vols. Paris: Gérard Lebovici, 1985.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LEIER, Marc. *Bakunin: the creative passion*. Nova York: St. Martin's Press, 2006.

LEVAL, Gaston. *La Pensée Constructive de Bakounine*. Paris: Spartacus, 1976.

\_\_\_\_\_. "Bakunin e o Estado Marxista". In: Alexandre Skirda et alii. *Os Anarquistas Julgam Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001.

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

MANDEL, Ernest. "Teoria Marxista do Estado". In: *Marxist Internet Archive*, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*, 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2008b.

\_\_\_\_\_. “A Guerra Civil na França”. In: *A Revolução Antes da Revolução*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.

MORRIS, Brian. *Bakunin: the philosophy of freedom*. Québec: Black Rose, 1993.

MUSSE, Ricardo. “Introdução”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.

NEWMAN, Saul. *Anarchism, Marxism and the Bonapartist State*. The Anarchist Library, 2012.

POULANTZAS, Nicos; MILLIBAND, Ralph. “The Problem of the Capitalist State”. In: BLACKBURN, R. (org.). *Ideology in Social Science: readings in critical social theory*. Nova York: Pantheon, 1972.

PRICE, Wayne. *The Abolition of the State: anarchist and marxist perspectives*. Bloomington: Author House. 2007.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a Propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

\_\_\_\_\_. “Do Princípio de Autoridade”. In: *A Propriedade é um Roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 2001.

\_\_\_\_\_. “Resistance to the Revolution: Louis Blanc and Pierre Leroux”. In: MCKAY, Iain (org.) *Property is Theft! A Pierre-Joseph Proudhon Anthology*. Oakland: AK Press, 2011a.

\_\_\_\_\_. “Confessions of a Revolutionary”. In: MCKAY, Iain (org.) *Property is Theft! A Pierre-Joseph Proudhon Anthology*. Oakland: AK Press, 2011b.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SADER, Emir. *Estado e Política em Marx*. São Paulo: Cortez, 1993.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

UNIPA. “O Estatismo na História: experiência e teoria”. In: *Via Combativa* nº 1, 2009.

VAN DER WALT, Lucien. “Detailed reply to International Socialism: debating power and revolution in anarchism, *Black Flame* and historical Marxism”. In: Lucien van der Walt, 2011. [<http://lucienvanderwalt.wordpress.com/2011/07/04/journal-anarchism-black-flame-marxism-and-the-ist-debating-power-revolution-and-bolshevism/>]

VILAIN, Éric. “Bakunin Fazia Política?”. In: BERTHIER, René; VILAIN, Éric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.



*Filosofia e Política Libertárias*

**TEORIA BAKUNINIANA  
DO ESTADO**

Desde uma perspectiva histórica, Bakunin identifica que o Estado moderno surgiu no século XVI, na esteira da Reforma, e que se consolidou durante os séculos seguintes, processo este que se finalizou no bojo dos acontecimentos que decorreram da Revolução Francesa do século XVIII. A Reforma proporcionou condições para a institucionalização das relações de poder que se estabeleceram no conflito entre as forças dos soberanos e as forças da Igreja; a Revolução Francesa garantiu outra modificação significativa nas relações de poder, assegurando a dominação mais generalizada da burguesia que, inclusive, utilizou-se do Estado para tanto em variadas circunstâncias.

Desde uma perspectiva lógica, Bakunin define o Estado em termos de natureza, caráter e função. Concilia, dessa maneira, a reflexão hegeliana de juventude acerca da separação-oposição entre Estado e sociedade civil com o papel do Estado na sociedade de classes, concebido mais adiante como fruto de sua transição ao socialismo. Na obra bakuniniana, o Estado moderno, em todas as suas formas ou regimes de governo, é considerado um instrumento político de dominação de classe que possui natureza dominadora, caráter de classe e função de garantir a dominação de classe.

FELIPE CORRÊA

ISBN 978-85-68115-09-1



9 788568 115091